



Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

Implementação e Acompanhamento no
nível subnacional



Documento original elaborado por:



Adaptado para o Brasil por:



Empoderando vidas. Fortalecendo nações.

Copyright © Organização das Nações Unidas, 2016

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial

Ficha Técnica das boas práticas brasileiras

Organização

Haroldo Machado Filho

Comitê Editorial

Beatriz Abreu dos Santos (PNUD)

Camila Almeida (ONU Mulheres)

Daniel Melo (PMA)

Mariana Cartaxo (UNAIDS)

Larissa Leite (Escritório de Coordenação da ONU no Brasil)

Thais Dumet (OIT)

Colaboradore(a)s de conteúdo

Equipes técnicas no Brasil:

Pacto Global

PMA Brasil

PNUD

PNUMA

OIT

ONU-Habitat

ONU Mulheres

OPAS/OMS

UNAIDS

UNESCO

UNFPA

UNITAR

UNIDO

UNICEF

UNCT

UNV

Revisão Final

Beatriz Abreu dos Santos (PNUD)

Isadora Cardoso Vasconcelos (PNUD)

Projeto Gráfico e Diagramação

César Augusto Ortelan Perri (cesar_perri@hotmail.com)

Apoio

Equipe de País das Nações Unidas no Brasil



Agradecimentos

A(os) chefes dos organismos do Sistema das Nações Unidas no Brasil e ao governo brasileiro, especialmente na figura do Senhor Mário Mottin, coordenador do grupo interagencial da ONU para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. À equipe da ONU-Habitat no Brasil, em especial a Alain Grimard, Rayne Ferretti Moraes e Roxanne Le Failler.

A tradução deste documento foi realizada por meio da plataforma www.onlinevolunteering.com

Lista de Siglas

ART	Articulação de Redes Territoriais
CNM	Confederação Nacional de Municípios
GIZ	Agência Internacional de Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável
GT	Grupo de Trabalho
IAEG-SDGs	Inter-agency Expert Group on SDG Indicators (Grupo Interagências e de Peritos sobre os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em português)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
ONU Mulheres	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres
OPAS/OMS	Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde
PAGE	Partnership for Action on Green Economy
PMA	Centro de Excelência contra Fome do Programa Mundial de Alimentos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SCZv	Síndrome Congênita do Zika vírus
UCLG	United Cities and Local Governments
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFCCC	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
UNITAR	Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa
UNV	Programa de Voluntários das Nações Unidas
WEPs	Women's Empowerment Principles (Princípios de Empoderamento das Mulheres, em português)

Contexto

Na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (25-27 de setembro de 2015), os líderes de governos e de Estado de 193 países adotaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual contém um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS foram construídos a partir dos resultados da Rio+20 e levam em conta o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), oito metas de combate à pobreza que o mundo se comprometeu em atingir até 2015.

Buscando obter avanços nas metas dos ODM não alcançadas, os ODS buscam assegurar os direitos humanos, acabar com a pobreza, lutar contra a desigualdade e a injustiça, alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, bem como enfrentar outros dos maiores desafios de nossos tempos.

Os ODS são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Os ODS também são universais, o que significa que se aplicam a todos os países do mundo. Governos locais e regionais desempenharam um papel importante em influenciar a definição dos ODS, advogando com sucesso, em especial, pelo ODS 11, “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. A Agenda 2030 reconhece o papel fundamental dos governos locais e regionais na promoção do desenvolvimento sustentável.

A Força-Tarefa Global de governos locais e regionais foi criada em 2013 para reunir e coordenar o trabalho de defesa conjunta das principais redes internacionais de governos locais. A Força-Tarefa tem participado ativamente nos processos dos ODS e da Habitat III (Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável), e tem trazido as vozes de líderes locais para os debates internacionais sobre financiamento para o desenvolvimento, redução de riscos de desastres e mudança global do clima.

Apresentação

O grupo interagencial da ONU no Brasil para a Agenda 2030 lança, neste momento de início de mandato do(a)s novo(a)s prefeito(a)s, a adaptação em português da publicação “Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: implementação e acompanhamento no nível subnacional”, baseada na que foi originalmente elaborada pela Força-Tarefa Global de Governos Locais e Regionais, pelo PNUD e pela ONU-Habitat para apoiar cidades e regiões no cumprimento da Agenda 2030.

O documento é uma ferramenta para a localização dos ODS, cujo objetivo é prestar suporte a governos locais e regionais para a implementação da Agenda 2030 em âmbito local. Apresenta também estratégias que podem ser adaptadas a contextos específicos e a necessidades de diferentes cidades e regiões.

Mais do que uma mera tradução para o português, o documento que tenho o prazer de apresentar foi adaptado para o contexto brasileiro, incluindo boas práticas dos organismos da ONU no Brasil em iniciativas envolvendo a localização dos ODS. Os casos relatados pelas agências especializadas, fundos, programas e entidades que atuam no Brasil e que embasam este documento foram cuidadosamente selecionados e colaborativamente organizados por especialistas das Nações Unidas no Brasil, das mais diversas áreas de conhecimento. Em exercício desde 2014, o grupo interagencial da ONU no Brasil para a Agenda 2030 conta com a participação de membros do Governo Federal, bem como de 18 organismos do Sistema ONU: PNUD (inclusive por

meio do IPC-IG), CEPAL, FAO, ONU-Habitat, ONU Mulheres, OPAS/OMS, OIT, PNUMA, PMA, UNAIDS, UNESCO, UNFPA, UNICEF, UNIDO, UNISDR-CERRD, UNODC, UNOPS e UNV.

As Nações Unidas no Brasil esperam que o exercício consubstanciado por esta publicação e outras previstas sobre o tema sejam úteis para a construção de agendas propositivas e comprometidas com a implementação da Agenda 2030 em âmbito local por todo o país.

Espera-se ademais que os casos e boas práticas apresentados sirvam de exemplos a serem eventualmente replicados. Dentre estes, foi dado especial destaque às iniciativas conjuntas de agências especializadas, fundos, programas e entidades, as quais demonstram o trabalho da ONU de maneira coordenada, evidenciando que o Sistema pode proporcionar uma resposta coletiva, coerente e integrada às prioridades e necessidades nacionais, no marco dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos demais compromissos internacionais.



Niky Fabiancic

Coordenador Residente do
Sistema ONU no Brasil

O que é

o roteiro para localização dos ODS?

Este roteiro para localizar os ODS foi baseado na publicação elaborada pela Força-Tarefa Global de Governos Locais e Regionais, pelo PNUD e ONU Habitat para apoiar cidades e regiões no cumprimento da Agenda 2030, e adaptado pela **Força-Tarefa da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável do Sistema das Nações Unidas no Brasil**.

O roteiro está dividido em **cinco partes**:

1. Sensibilização

Conhecendo os ODS no nível subnacional

pág. 15

2. Defendendo a Ideia

Incluindo uma perspectiva subnacional nas estratégias nacionais dos ODS

pág. 34

3. Implementação

Os ODS no nível local

pág. 46

4. Acompanhamento

Avaliando e aprendendo com nossas experiências

pág. 70

5. Para onde vamos?

pág. 80

O roteiro não é um “modo de fazer” prescritivo; em vez disso, abrange uma série de estratégias que podem ser adaptadas aos contextos e necessidades de diferentes cidades e regiões específicas. O roteiro faz parte do conjunto de ferramentas para a localização dos ODS, visando a apoiar os governos locais e regionais e outras partes interessadas e/ou impactadas na implementação da Agenda 2030 no nível local. O conjunto de ferramentas fornece **recursos concretos e práticos** para:

I. Aumentar a conscientização e defender o papel ativo dos atores locais na localização dos ODS;

II. Apoiá-los a tomar decisões que contribuam para o alcance dos ODS.

O conjunto de ferramentas contido nesta publicação foi elaborado pela Força-Tarefa Global, pelo PNUD e ONU-Habitat e adaptado pelo Grupo Interagencial da ONU no Brasil sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Para quem é este roteiro?

Este roteiro tem como objetivo apoiar os governos locais e regionais e suas associações na implementação e no acompanhamento dos ODS e influenciar a formulação de políticas públicas visando à criação de um ambiente favorável para a ação no nível local e regional.

O roteiro também será um recurso útil para os formuladores de políticas públicas nacionais, organizações internacionais, organizações da sociedade civil, universidades e qualquer pessoa envolvida na implementação e acompanhamento dos ODS.

Os ODS em resumo

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) compõem um conjunto ambicioso de 17 objetivos e 169 metas definido e desenvolvido por meio de um amplo diálogo sem precedentes entre os Estados membros da ONU, autoridades locais, sociedade civil, setor privado e outras partes interessadas.



Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares



Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável



Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos e todas, em todas as idades



Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e todas



Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas



Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos



Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos



Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos e todas



Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação



Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis



Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis



Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos¹



Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável



Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis



Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

1. Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

O que significa “localização dos ODS”?

Os 17 ODS e as 169 metas contidas na Agenda 2030 devem ser alcançados em âmbito global, nacional e subnacional.

“Localização” é o processo de levar em consideração os contextos subnacionais na realização da Agenda 2030, desde o estabelecimento de objetivos e metas até a determinação dos meios de implementação, bem como o uso de indicadores para medir e acompanhar o progresso.

Localização refere-se tanto à forma como os governos locais e regionais podem apoiar a realização dos ODS por meio de ações “de baixo para cima”, quanto a forma como os ODS podem fornecer um arcabouço para uma política de desenvolvimento local.

O ODS 11, sobre cidades e comunidades sustentáveis, é o eixo central do processo de localização. Sua inclusão na Agenda 2030 é fruto de um trabalho de defesa da comunidade urbana - particularmente associações governamentais locais e regionais. Este trabalho é resultante do crescente reconhecimento internacional da importância da dimensão subnacional do desenvolvimento. Associar o ODS 11 às dimensões urbanas dos outros 16 objetivos será uma parte essencial da localização dos ODS.



Por que a localização é importante?

Os ODS são globais, mas a sua realização dependerá da nossa capacidade de torná-los realidade em nossas cidades e regiões. **Todos os ODS têm metas diretamente ligadas às responsabilidades dos governos locais e regionais**, particularmente as de prestação de serviços básicos. É por isso que os governos locais e regionais devem estar no centro da Agenda 2030.

O Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon, enviou uma mensagem clara a este respeito, reconhecendo que, num mundo em rápido processo de urbanização, *“nossa luta pela sustentabilidade global será ganha ou perdida nas cidades”*². Cidades e regiões estão numa posição ideal para transformar a ampla e abstrata Agenda 2030 em algo concreto e eficiente. Elas podem abordar objetivos e metas de forma pragmática, adaptando-os a seus contextos específicos e ajudando seus cidadãos a entender como ações locais contribuem para a sua realização.

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em junho de 1992, os governos locais e a sociedade civil ganharam uma rica experiência em como traduzir a Agenda do Rio em boas práticas locais. Mais de 6000 Iniciativas Locais da Agenda 21 em 113 países demonstraram, a sua própria maneira, como sensibilizar, defender e implementar de maneira prática a Agenda nas suas comunidades.

A realização dos ODS depende, mais do que nunca, da capacidade dos governos locais e regionais em promover o desenvolvimento territorial integrado, inclusivo e sustentável. Como destacado no Relatório-síntese do Secretário-Geral das Nações Unidas³, *“muitos dos investimentos para atingir as metas de desenvolvimento sustentável ocorrerão no nível subnacional e serão conduzidos pelas autoridades locais”*. Os arcabouços nacionais jurídicos e políticos ainda têm um longo caminho a percorrer para reconhecer isto. Assim, os trabalhos de defesa em âmbito nacional e internacional em prol dos governos locais e regionais continuam necessários.

“Os governos subnacionais não devem ser vistos como meros executores da Agenda. Os governos subnacionais são formuladores de políticas, catalisadores de mudanças e estão melhor posicionados para conectar as metas globais às realidades das comunidades locais”.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: O que os governos locais precisam saber, UCLG (United Cities and Local Development)

2. www.un.org/press/en/2012/sgsm14249.doc.htm

3. O caminho para a dignidade até 2030: erradicar a pobreza, transformar todas as vidas e proteger o planeta. Relatório-síntese do Secretário-Geral sobre a Agenda pós-2015. A / 69/700. 04 de dezembro de 2014

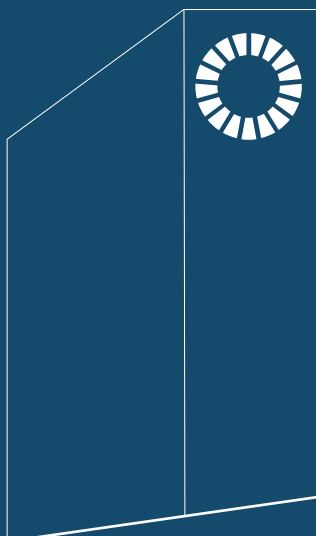
A Consulta Global das Nações Unidas sobre localização dos ODS

Este roteiro baseia-se na consulta sobre a localização da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, que foi co-liderada pela Força-Tarefa Global de Governos Locais e Regionais, ONU-Habitat e PNUD, no verão de 2014.

Durante a consulta, diálogos nacionais foram realizados em 13 países, três eventos globais e seis eventos regionais foram realizados, com mais de 5000 participantes de mais de 80 países representando instituições nacionais e locais, autoridades locais e regionais, organizações da sociedade civil, academia e setor privado.

As mensagens-chave aprovadas pelos participantes e co-líderes da consulta foram:

- **Os governos locais e regionais são essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável** inclusivo em seus territórios e, portanto, são parceiros fundamentais na implementação dos ODS.
- **Governança local eficiente** pode assegurar a inclusão de uma diversidade de protagonistas locais, criando assim ampla propriedade, compromisso e responsabilidade para com os ODS.
- **Uma abordagem multinível e multidisciplinar** integrada é necessária para promover agendas de transformação no nível local.
- **Forte compromisso nacional** para propiciar arcabouços legais e institucionais adequados, bem como capacidade financeira.



1. SENSIBILIZAÇÃO:

*Conhecendo os ODS
no nível subnacional*



O papel dos governos locais e regionais em promover a compreensão e a apropriação dos ODS pelos cidadãos

Governos nacionais e subnacionais, organizações da sociedade civil, setor privado, academia e cidadãos devem estar envolvidos na implementação e no acompanhamento dos ODS.

As campanhas de sensibilização devem ser realizadas tanto no nível nacional quanto subnacional, promovendo mobilização e construindo parcerias com as diferentes partes interessadas e/ou impactadas, reunindo todos os setores da sociedade, aumentando a sua participação e assegurando que a diversidade seja respeitada por meio da promoção do conhecimento, legitimidade, participação e garantia da participação efetiva da população local, incluindo todas as culturas, gêneros e origens.

Os governos locais e regionais, por serem os níveis de governo mais próximos aos cidadãos, **estão melhor posicionados para aumentar a consciência sobre a importância dos ODS e sua relevância para as comunidades locais.**



Os governos subnacionais “fazem a ponte” entre os governos centrais e as comunidades e devem desempenhar um papel importante no incentivo da participação das organizações da sociedade civil, do setor privado (micro, pequenas e médias empresas), academia e outras organizações locais. Líderes locais eleitos, particularmente, têm um mandato democrático para liderar o desenvolvimento local e podem ser responsabilizados pelos cidadãos caso falhem. Tal responsabilidade democrática é uma ferramenta poderosa para impulsionar a implementação dos ODS no nível local.

As ações de sensibilização devem ter como objetivo incentivar a participação dos cidadãos e das comunidades locais a fim de promover a apropriação da Agenda e o engajamento na busca pelo alcance dos ODS no nível local.

Mas a sensibilização não se limita a comunicar a existência dos ODS. É também sobre empoderar os cidadãos a participar ativamente na concretização dos ODS no dia-a-dia. Os governos municipais e regionais devem ser incentivados a reconhecer a Agenda 2030 como um plano de ação e a criar mecanismos que permitam a participação cidadã e a responsabilidade institucional.



ODS relacionados: todos

CASO DESTAQUE

Caravana Siga Bem e ONU se unem para promover os Direitos Humanos pelo Brasil por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ONU Brasil

Em 2016, quando completou uma década nas estradas, a Caravana Siga Bem se uniu à Organização das Nações Unidas (ONU) para promover a bandeira da conscientização sobre os Direitos Humanos pelo interior e capitais do Brasil.

A 10ª edição da Caravana Siga Bem também promoveu importantes ações promocionais e de responsabilidade social ao longo dos nove meses em que percorreu rincões de norte a sul do país. Com diversas atrações e serviços, todos oferecidos gratuitamente, a Caravana transformou postos de combustível da Rede Siga Bem, da Petrobras, e concessionárias Mercedes-Benz numa verdadeira festa de conagração para caminhoneiros e comunidades estradeiras.

O objetivo foi levar a esse público serviços aos quais não têm acesso no dia a dia, devido à sua rotina itinerante. A Caravana divulgou, por meio de manifestações artísticas e palestras, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em mais de 100 cidades de 22 estados

brasileiros. A parceria também contemplou atividades promovidas pelos organismos da ONU e entrega de materiais informativos. Entre as atividades: serviços de saúde, palestras educativas, massagem, corte de cabelo, apresentação de peça teatral, shows de dança, coral, orquestra e recreações.

Como principal atração deste ano, o projeto apresentou, em cada uma das cidades visitadas, a peça teatral “Ó Xente! E os Direitos da Gente?”, que usou o clássico Dom Quixote, de Miguel de Cervantes, como referência para mostrar a busca dos cidadãos pela conquista e exercício dos Direitos Humanos.



Foto: Caravana Siga Bem



A UNIDO e o fortalecimento de capacidades em energias renováveis contra o aquecimento global - UNIDO

A UNIDO desenhou um programa de capacitação, após pesquisa desenvolvida junto a atores locais, por meio da qual foi diagnosticado que um dos principais gargalos para a expansão de energias renováveis no Brasil era a falta de conhecimento técnico sobre o tema. Neste sentido, foi estabelecido um Programa de Capacitação do Observatório de Energias Renováveis da América Latina e o Caribe para a utilização de exemplos de sucesso regionais aplicados à realidade brasileira.

Foram estabelecidos cursos online gratuitos, organizados em módulos que fornecem revisão técnica sobre os diferentes temas e tecnologias, bem como suas aplicações e visão regional, incluindo a análise de exemplos práticos, para os quais, após aprovação, são emitidos certificados digitais da UNIDO. Instituições de referência mundial participaram da elaboração e desenvolvimento dos cursos, apresentando experiências regionais de ponta na América Latina, incluindo a Universidade Politécnica de Madri; o Centro de Investigações Energéticas,

Meio-Ambientais e Tecnológicas (CIEMAT); a Universidade de Salamanca; e a Fundação CEDDET. Os módulos são sobre as seguintes tecnologias:

- Energia e Mudanças Climáticas;
- Mini Eólica;
- Biogás;
- Mini Hidrelétrica;
- Solar Térmica;
- Solar Fotovoltaica;
- Eficiência Energética em Edifícios.

Os resultados da iniciativa foram extremamente positivos com uma grande quantidade de estudantes e profissionais brasileiros capacitados. Desde 1º de abril de 2014, 88.650 brasileiros concluíram o curso completo em energias renováveis e 48.706 cursaram os MOOCs (Massive Open Online Course), curso mais curto elaborado em parceria com o portal brasileiro de educação VEDUCA, totalizando 137.356 brasileiros beneficiados, até 31 de julho de 2016.





Educação em Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável - UNESCO Brasil

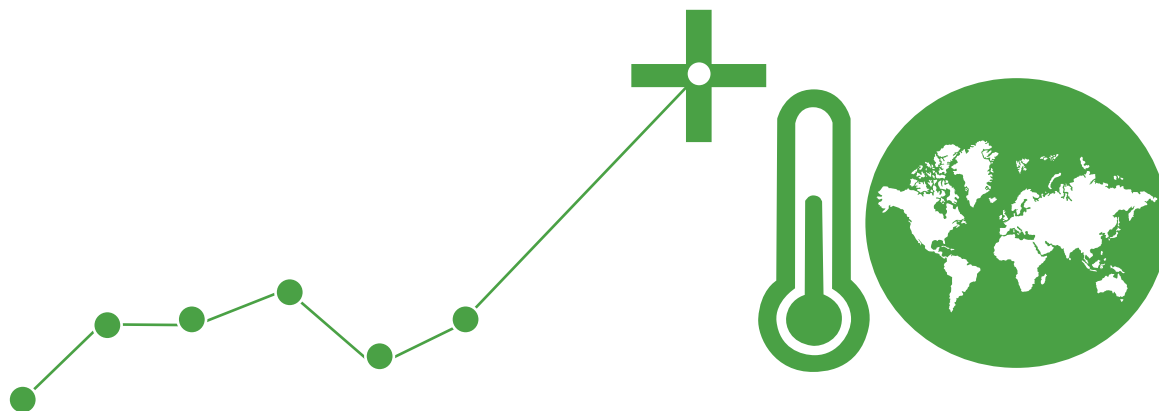
Com o intuito de levar o tema de Desenvolvimento Sustentável para as escolas, a UNESCO implementou o Curso da UNESCO para Professores em Mudança do Clima (ODS 13) e Desenvolvimento Sustentável (todos os ODS e Agenda 2030), com carga horária de 40 horas.

O primeiro passo foi aplicar o curso, em caráter piloto, em zona afetada pela mudança do clima para obter um retorno crítico da capacitação, com o fim de adaptá-lo para a realidade brasileira. Sendo assim, a UNESCO, em parceria com o MEC, implementou o piloto no Município de Itajaí (Santa Catarina), devido às características do município, afetado repetidas vezes por enchentes.

No final de 2014, foram capacitados 100 professores de diversas matérias escolares (matemática, português, artes, física, história, geografia, etc.).

Tanto durante a capacitação, quanto depois do curso, quando os professores implementaram o material pedagógico nas suas respectivas escolas, a UNESCO recebeu um extraordinário feedback dos professores e da Secretaria. Também foram acompanhadas algumas aulas dos professores para verificar a aceitação do material por parte dos alunos.

Este trabalho de monitoramento da implementação do material após a capacitação permitiu fazer alterações importantes no material pedagógico para criar a versão brasileira do curso de mudança do clima e desenvolvimento sustentável. Uma vez a edição pronta, o curso estará pronto para a sua implementação no nível nacional.



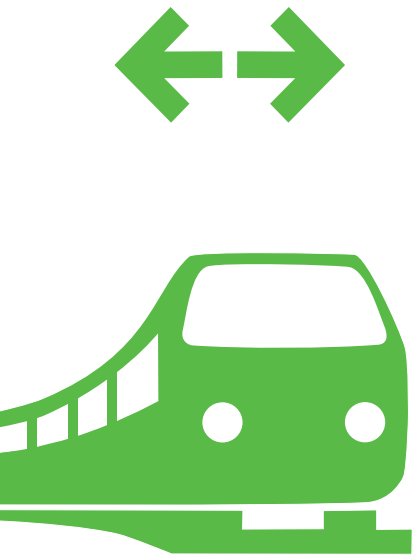


Foto: Metrô DF



CASO DESTAQUE

Mobilidade Urbana e ODS - Equipe de país das Nações Unidas no Brasil

Em outubro de 2016, a companhia Metrô DF, ligada ao Governo do Distrito Federal, juntou-se à iniciativa global de promoção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Com aproximadamente 160 mil usuários por dia, o Metrô DF, em parceria com o Sistema das Nações Unidas no Brasil, tem por objetivo dar visibilidade aos 17 ODS identificando quais são as ações que estão sendo implementadas pela companhia na área de responsabilidade social e relacionando cada uma delas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Além de estar fortemente relacionada com a temática de mobilidade urbana, devido à sua própria natureza, a companhia promove ações nas áreas de saúde e bem estar; educação de qualidade; igualdade de gênero, energia limpa e acessível; inovação e infraestrutura; e cidades e comunidades sustentáveis. O lançamento da campanha foi realizado no dia 24 de outubro, dia em que as Nações Unidas comemoraram seus 71 anos de fundação.



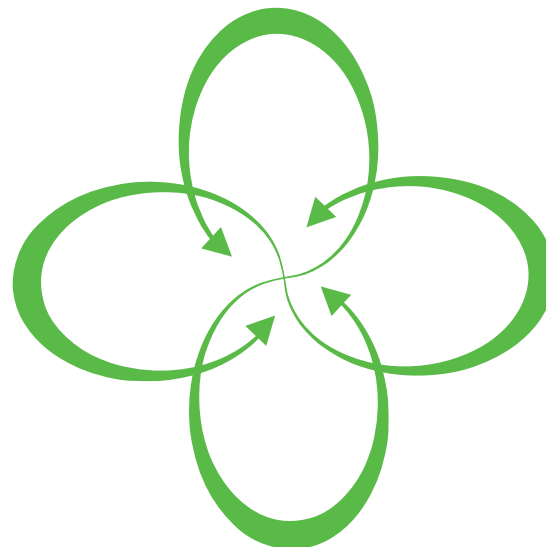
Alinhamento do Voluntariado Corporativo aos ODS e fortalecimento das capacidades da sociedade civil com os ODS - UNV Brasil

O Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV) assinou um Memorando de Entendimento (MOU) com o Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial em 2016 com o intuito de facilitar os diálogos com as empresas em matéria de Voluntariado e sua adequação aos ODS.

Neste sentido, foram desenvolvidos diferentes treinamentos sobre como o Voluntariado potencializa o atingimento dos ODS e como deve ser trabalhado o Voluntariado no novo marco da Agenda 2030.

Com o intuito de visibilizar a contribuição do voluntariado na nova Agenda 2030 foi desenvolvida o Guia dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Voluntariado. Esta guia recolhe diferentes exemplos de atividades e projetos voluntários que estão contribuindo para o alcance de cada um dos 17 objetivos globais.

Este guia também foi mostrado na Universidade de Negócios de Vitória e tem sido distribuída entre diferentes ONG e organizações da sociedade civil com o objetivo de melhorar o entendimento sobre os ODS e a importância do Voluntariado.





Programa Uma Vitória Leva à Outra - Escritório da ONU Mulheres no Brasil

O Programa Uma Vitória Leva à Outra utiliza o esporte para o empoderamento de meninas e jovens mulheres.

Por meio da iniciativa conjunta entre ONU Mulheres e o Comitê Olímpico Internacional (COI), em parceria com a ONG Women Win e o Comitê Olímpico do Brasil, com apoio da Loteria Sueca e da marca Always, o esporte tem se mostrado uma ferramenta poderosa de empoderamento quando combinado à criação de espaços seguros e oportunidades de aprendizado de habilidades para a vida.

A participação de meninas no esporte está associada a um efeito multiplicador de resultados de desenvolvimento, tais como saúde, educação e liderança.

Atualmente, o programa beneficia cerca de 500 meninas adolescentes, entre 10 e 18 anos no Rio

de Janeiro. A maioria são meninas e adolescentes negras moradoras de regiões socialmente vulneráveis, que vivenciam a pressão e a realidade da violência racial e sexista.

Duas vezes por semana, elas vão até uma Vila Olímpica, espaço poliesportivo administrado pelo município, praticam uma hora de atividade física e participam de uma hora de oficina temática de gênero, ministrada por uma facilitadora treinada na metodologia do programa.

Nas oficinas é trabalhado um currículo desenvolvido especialmente para meninas adolescentes. Seu conteúdo, adaptado a cada contexto, foi implementado em 25 países. Em um ambiente seguro, divertido e acolhedor, elas aprendem sobre autoestima e liderança; saúde e direitos sexuais e reprodutivos; eliminação da violência de gênero; educação financeira e planejamento do futuro.



Parceria UNESCO e TV Escola: divulgando o conhecimento sobre o ODS 4 - UNESCO Brasil

A parceria entre a UNESCO e a TV Escola tem o objetivo de, por meio de apoio institucional da UNESCO, organizar um intercâmbio e produção de conteúdo audiovisual de interesse comum, a fim de desenvolver ações de mobilização em torno de temas relacionados à educação, em especial relativo à Agenda 2030 da Educação.

Sobre a Agenda 2030, a TV Escola realizou um programa especial⁴, em 14/9/2016, sobre o lançamento do Relatório de Monitoramento Global (Relatório GEM) 2016. O Relatório GEM, publicado anualmente pela UNESCO, teve o mandato renovado em 2015 para continuar o monitoramento do ODS 4 e oferece os últimos dados e análises sobre o progresso da agenda internacional de educação. Dessa forma, o programa especial contribuiu para divulgar em rede nacional a nova Agenda 2030 e os primeiros dados relativos ao ODS 4.

A TV Escola é a televisão pública do Ministério da Educação destinada aos professores, acadêmicos, alunos e ao público em geral e tem por objetivo ser uma ferramenta pedagógica disponível ao professor para complementar sua própria formação e para ser utilizada em suas práticas de ensino.

Trata-se de uma plataforma de comunicação baseada na televisão e distribuída também na internet. Estima-se um público potencial neste segmento de cerca de 18 milhões de assinantes⁵.

A parceria entre a UNESCO no Brasil e a TV Escola tem o objetivo de realizar uma série especial dedicada a aprofundar o conhecimento sobre o ODS 4, informando e explicando as metas que o compõe.

4. Programa disponível no seguinte link:
<http://tvescola.mec.gov.br/tve/video/salto-relatorio-da-educacao-unesco>

5. Disponível em:
<http://tvescola.mec.gov.br/tve/sobre>, acessado em 19/10/2016.





CASO DESTAQUE

Estratégia de fortalecimento da participação de jovens das populações-chave nas respostas nacionais e locais à epidemia de AIDS - UNAIDS, UNESCO, UNICEF E UNFPA

Para responder ao contexto de crescimento da epidemia do HIV entre jovens no Brasil na última década, o UNAIDS desenvolveu uma estratégia para a juventude, com foco na ampliação da participação de jovens na resposta à epidemia de AIDS. Em setembro de 2014, o UNAIDS deu início às atividades da Força Tarefa Jovem Zero Discriminação, um grupo que hoje envolve mais de 800 jovens engajados na mudança social e na construção de novas lideranças no combate ao HIV.

As atividades realizadas pelo grupo incluem a apropriação de espaços de compartilhamento de saberes e vivências juvenis, em especial nas redes sociais, para promoção de informações sobre HIV/AIDS, além da sensibilização e conscientização nas temáticas de diversidade.

Levando em conta as demandas dos membros da Força Tarefa Jovem por uma qualificação de lideranças, o UNAIDS promoveu, juntamente com UNESCO, UNFPA, UNICEF e o Ministério da Saúde, a realização de três edições do Curso Jovens Lideranças, por meio dos quais mais de 150 jovens de populações-chave (pessoas vivendo

com HIV, gays e outros homens que fazem sexo com homens, pessoas trans, profissionais do sexo e pessoas que usam drogas). Além disso, os cursos inspiraram atividades semelhantes de formação de jovens em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

A estratégia de fortalecimento da participação dos jovens na resposta à epidemia de AIDS no Brasil contribui amplamente para os esforços de localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil, mais especificamente os ODS 3, 5, 10 e 16.



3



5



10



16





Campanha dos ODM para os governos locais e regionais - PNUD Brasil

O Projeto de Desenvolvimento de capacidades, de justiça econômica sustentável e promoção de boas práticas para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil, iniciado em 2012, visou contribuir para o fortalecimento da estratégia de redução da pobreza e de erradicação da miséria do país atuando no combate à desigualdade e a exclusão social com foco na municipalização dos ODM.

Fruto da parceria entre o PNUD, a Secretaria de Governo da Presidência (antiga Secretaria-Geral da Presidência da República)⁷ e dos seguintes parceiros estatais: Petrobrás, Sebrae, Banco do Nordeste, Furnas, Banco do Brasil e Caixa, a estratégia consistiu em fortalecer os governos locais para prover serviços de qualidade para toda a população, o papel da sociedade civil para participar da gestão democrática e de mecanismos de responsabilidade mútua e do setor privado para promover o crescimento inclusivo. O projeto atuou principalmente em três eixos: produção de conhecimento e monitoramento; mobilização, defesa da

ideia permanente para municipalização e desenvolvimento de capacidades; e apoio para articulação no âmbito nacional.

Graças à execução do projeto, o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade (MNCS), ator importante da Rede ODM no Brasil, se expandiu consideravelmente. Atualmente, apenas no âmbito do MNCS, existem 27 Núcleos Estaduais, 73 Núcleos Regionais, 559 Núcleos Municipais, além de cerca 243 multiplicadores capacitados espalhados pelo país. Ademais, a articulação realizada pela SG/PR e pelo PNUD resultou em 103 Municípios com Decreto ou Selo ODM e 1141 Municípios Brasileiros com atividades ODM. Os municípios já estão adequando as suas ações aos ODS.

7. A Secretaria-Geral da Presidência da República foi transformada em Secretaria de Governo da Presidência da República através da Medida Provisória Nº 696 de 02 de outubro de 2015. Suas atribuições foram absorvidas pela Secretaria de Governo que segue sendo o órgão do Governo Federal parceiro do presente Projeto através da Secretaria Nacional de Articulação Social (antiga Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais). Sendo assim, a menção ao Governo Federal será feita através da Secretaria de Governo ou SG/PR.





ODS relacionados: todos

A Observação Internacional dos Impactos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro sobre os ODMs nos municípios do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste) - ONU Habitat

O principal objetivo do projeto foi a constituição de um banco de dados georreferenciados com informações socioeconômicas e ambientais sobre a região, assim como o fortalecimento e desenvolvimento de competências locais e regionais, tomando por base a metodologia de localização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Na primeira fase do projeto foi realizado um processo participativo com os atores da região do Conleste a fim de adaptar os Objetivos, as Metas e os Indicadores do Milênio. Esse processo culminou com o estabelecimento, na primeira fase, de 8 Objetivos, 23 Metas e 58 Indicadores e na segunda, de 8 Objetivos, 23 Metas e 62 Indicadores.

Considerando que o ODM 8 não se aplicava ao escopo do projeto, foi elaborado um Objetivo adicional: "Acelerar o Processo de Desenvolvimento Local com Redução de Desigualdades na Região do Conleste".

Essas adaptações foram validadas pelas equipes do ONU-Habitat e da Universidade Federal Fluminense (UFF), com a participação de gestores locais. Uma vez acordados, os indicadores foram monitorados a partir do ano de 2000 para todos os municípios da região.

O princípio norteador do projeto é o Direito à Cidade, que pressupõe a erradicação da pobreza e a melhoria geral das condições de vida dos habitantes dos municípios contemplados, em consonância com os ODMs, contribuindo ainda para a realização dos ODS 1 e 11.



Os governos locais e regionais nos países em que ações pelos ODM foram executadas devem fortalecer as redes e as instituições que estiveram envolvidas no processo dos ODM, assim como nos programas da Agenda 21 e nas estratégias de desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, eles também devem usar **os ODS como um novo começo** para engajarem-se com um conjunto mais amplo e transversal de atores, tais como o setor privado e organizações comunitárias, além de lançar novas formas de colaboração e participação.

Campanhas públicas de sensibilização devem concentrar-se na mensagem que os **ODS são relevantes para pessoas comuns em todo o mundo**. Os ODS abordam questões que são diretamente relevantes para a vida diária dos cidadãos, incluindo os desafios, como a pobreza, a desigualdade entre os sexos, a mudança global do clima e a insegurança, bem como relacionados a bens públicos, como educação, saúde, água, energia, qualidade do ar, habitação e conservação dos recursos naturais.

Atividades que podem ser desenvolvidas para sensibilizar a população devem tornar os **ODS atrativos e valorizar o poder da cultura local**. Tais atividades podem incluir concertos, passeios de bicicleta, carros de som, feiras, eventos apresentando histórias de sucesso, cerimônias de premiação e colaboração com pessoas conhecidas (por exemplo: atores, músicos, esportistas, escritores e fotógrafos) ou fundações que podem atuar como “embaixadores” para a promoção dos ODS. O planejamento das atividades deve incluir uma **perspectiva de gênero** para assegurar que as mulheres e meninas não sejam excluídas.

Os governos subnacionais devem alcançar os meios de comunicação tradicionais, por exemplo, por meio de cursos e atividades para jornalistas, e utilizar seus canais de mídias sociais para comunicar os ODS diretamente aos cidadãos.

A **educação** pode ser um importante meio de comunicação dos ODS e de estímulo à compreensão crítica entre os jovens no nível local.

Iniciativas de educação devem dar ênfase à educação formal e informal. Alguns exemplos de ações possíveis incluem:

As atividades de educação formal devem ser aprovadas pelas autoridades educacionais do governo onde forem realizadas.



EDUCAÇÃO FORMAL

desenvolvimento curricular, formação de professores, programas de educação dos ODS nas escolas e trabalho direto com as associações de pais e mestres.



EDUCAÇÃO INFORMAL

grupos de jovens, conferências, atividades em museus ou bibliotecas e ferramentas de aprendizagem online.



CASO DESTAQUE

O Valente não é violento - GT de Gênero, Raça e Etnia da ONU Brasil

O Currículo Educativo para o Ensino Médio sobre Gênero, Sexualidades e Prevenção de Violências e seis planos de aulas complementares são materiais pedagógicos disponibilizados para as escolas brasileiras.

Elaborado pela ONU Mulheres no âmbito da iniciativa “O Valente não é Violento”, integrada à campanha do Secretário-Geral da ONU “UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, o currículo é uma proposta pedagógica para conscientizar meninos e meninas sobre o direito das mulheres de viver uma vida livre de violência. As aulas abordam os seguintes temas: Sexo, gênero e poder; Violências e suas interfaces; Estereótipos de gênero e esportes; Estereótipos de gênero, raça/etnia e mídia; Estereótipos de gênero, carreiras e profissões: diferenças e desigualdades e Vulnerabilidades e Prevenção.

O projeto foi financiado pela União Europeia e revisado pela área de Projetos de Educação da UNESCO.

Para a elaboração do currículo foram pesquisados marcos legais e políticos que apontam para a necessidade da inclusão de discussões acerca desses temas no espaço escolar e experiências de trabalho capitaneadas pelas políticas públicas e por organizações da sociedade civil. O programa considera as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM 2013-2015), que apontam para a necessidade de promover a inserção de temas voltados para a igualdade de gênero e valorização das diversidades nos currículos, materiais didáticos e paradidáticos da educação básica. Os governos locais têm aderido a implementação dos currículos.





ODS relacionados: todos

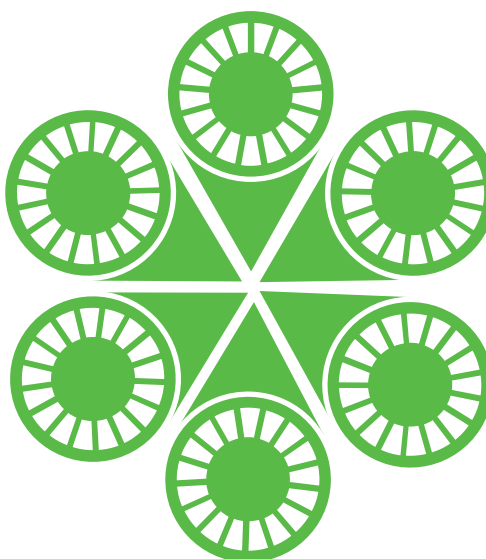
Territorialização dos ODS - PNUD Brasil

O PNUD Brasil elaborou a abordagem de territorialização dos ODS junto aos espaços já institucionalizados, o que está permitindo analisar e viabilizar a implementação da Agenda 2030 nas microrregiões agregando municípios ou partes deles - a depender das características comuns e vocações desses territórios.

Essa abordagem é resultado das reflexões sobre o processo de municipalização dos ODM no âmbito das diversas iniciativas do PNUD nos últimos 15 anos e pauta o projeto Brasil ODS 2030 que prevê uma ampla gama de ações para o seu fortalecimento, estruturada em quatro eixos: articulação de atores sociais e institucionais para identificação de necessidades e capacidades,

e pactuação da parceria; produção de dados e realização de planejamentos estratégicos de desenvolvimento territorial sustentável com identificação de necessidades e fortalecimento das capacidades, com base nos ODS, a fim de oferecer metodologias político-pedagógicas e conteúdo de capacitação alinhados às dinâmicas; formulação, pactuação e desenvolvimento de ações estratégicas para viabilizar e potencializar o desenvolvimento territorial sustentável, e a formação cidadã.

Tais iniciativas serão apoiadas por meio de capacitações e assistência técnica e financeira providas por Fundo a ser criado para tal finalidade.



O papel dos governos locais e regionais em mobilizar seus membros para promover o alcance dos ODS

Alguns governos locais e regionais podem não estar cientes de seu papel na Agenda 2030, ou temer serem muito pequenos, e não possuir o conhecimento necessário ou capacidade (recursos humanos, técnicos ou financeiros) para contribuir para a realização dos ODS.

Associações e redes locais e regionais de governo devem realizar campanhas de sensibilização para mobilizar seus membros a compreender suas funções para o alcance dos ODS. Elas devem procurar aumentar o conhecimento e o senso de propriedade em relação aos ODS por todos os governos subnacionais, independentemente de seu tamanho ou nível de recursos, com o apoio dos governos nacionais e organizações internacionais.

Associações de governos locais devem fazer com que os governos locais e regionais se conscientizem de seu papel, tanto na implementação dos ODS - definição e avaliação de estratégias nacionais e territoriais - quanto no momento de tomar medidas para reforçar as capacidades institucionais e operacionais de seus membros.

As campanhas de sensibilização e comunicação das associações de governos locais devem ter como objetivo garantir o compromisso das instituições locais e regionais e outras partes interessadas e/ ou impactadas na localização da Agenda 2030.

A nomeação de “promotores” locais e regionais que estejam ativamente envolvidos na localização dos ODS pode ser uma poderosa ferramenta de sensibilização e mobilização para associações de governos locais e regionais. A convocação desses promotores deve ser organizada por associações envolvidas com o tema.

Estes promotores devem disseminar os ODS e a importância de localizá-los. Como pioneiros na implementação dos ODS, eles devem promover as recomendações deste roteiro e partilhar as suas experiências, ideias e perspectivas em suas comunidades, dentro e fora de seus países, em conferências, reuniões e eventos públicos.





Compromisso das prefeituras no Brasil com a Declaração de Paris - UNAIDS Brasil

Em dezembro de 2014, prefeitos do mundo inteiro reuniram-se em Paris para assinar uma declaração com compromissos para a Aceleração da Resposta para alcançar o fim da epidemia de AIDS até 2030. Entre esses compromissos, está o alcance das metas de tratamento 90-90-90 que estabelecem que até 2020: 90% das pessoas vivendo com HIV sejam diagnosticadas; que destas, 90% estejam em tratamento; e que 90% deste grupo tenha carga viral indetectável.

No Brasil, o UNAIDS tem empreendido uma forte estratégia de advocacy para engajar e reforçar o comprometimento dos governos locais com a Aceleração da Resposta à epidemia. Prefeituras das cinco regiões brasileiras já aderiram à Declaração, comprometendo-se com a estratégia proposta pelo UNAIDS.

Juntas, estas 23 cidades somadas ao Distrito Federal e ao Estado do Rio Grande do Sul – cujos governadores também assinaram o compromisso –, contam com uma população de quase 35 milhões de brasileiros. As primeiras cidades brasileiras a assinar a Declaração de Paris em 2014 foram Curitiba, Salvador e Rio de Janeiro. As demais adesões aconteceram em 2015: três cidades fronteiriças do Alto Solimões (AM), além de São Paulo (SP), Manaus (AM), Belém (PA), Porto Alegre (RS) e outros 13 municípios do Rio Grande do Sul – estado que apresenta as maiores taxas de detecção de casos de AIDS - e o Distrito Federal.

Ao se comprometerem com as propostas da Declaração, as prefeituras desenvolvem ações que contribuirão para o alcance dos ODS.



1. SENSIBILIZAÇÃO:

quem pode fazer o quê?

Governos locais e regionais:



**Incluir os ODS
em suas próprias
estruturas políticas**



**Realizar campanhas
de comunicação e
sensibilização**



Envolver plataformas
já existentes e novas



Incluir uma
perspectiva de gênero



Alcançar todos os
setores da sociedade
por meio de mídias
sociais e tradicionais



Aproveitar o poder
da educação



Valorizar o poder da
cultura para tornar os
ODS mais atraentes



Nomear “embaixadores”
dos ODS para maximizar
o alcance e impacto

Associações e Redes de Governos locais e regionais:



Realizar campanhas nacionais e internacionais

para aumentar o compromisso dos governos locais e regionais com os ODS



Nomear organizações locais e regionais

com boa reputação como “promotoras” dos ODS



Apoiar governos locais e regionais

em suas campanhas de sensibilização



2. Defendendo a Ideia

*Incluindo uma perspectiva subnacional
nas estratégias nacionais dos ODS*





Construindo um consenso nacional

Os governos nacionais de todo o mundo estão lançando estratégias nacionais de desenvolvimento baseadas nos ODS ou alinhando seus planos existentes com as metas propostas na Agenda 2030.

Associações nacionais de governos locais e regionais possuem uma tarefa importante em facilitar a participação destes governos no desenvolvimento de estratégias nacionais, para que possam refletir e reagir às circunstâncias, necessidades e prioridades locais.

Promover estratégias para a apropriação local das estratégias nacionais é fundamental. Se os governos locais e regionais possuem um senso de apropriação em relação aos ODS e um papel na determinação de suas funções e responsabilidades, o seu envolvimento na implementação será maior.

Todas as esferas do governo devem trabalhar para construir um consenso nacional que coloque os ODS no centro do desenvolvimento nacional, regional e local.

Os governos subnacionais devem ser pró-ativos em resistir a abordagens “de cima para baixo” que reduzam o seu papel na implementação de prioridades que eventualmente sejam decididas unilateralmente por seus governos centrais.

Os governos locais e regionais devem procurar garantir que o processo seja “de baixo para cima”, e, que as necessidades, prioridades e expectativas locais determinem as estratégias nacionais.



Cidade 50-50: Todas e Todos pela Igualdade - Escritório da ONU Mulheres no Brasil

A plataforma “Cidade 50-50: Todas e Todos pela Igualdade” tem o objetivo de incentivar o debate sobre o compromisso com a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres inicialmente nas eleições municipais de 2016, estendendo-se a todo o período subsequente das gestões públicas e aos processos de eleição de 2018 e 2020.

Em 2016, potenciais prefeitas/os, vereadoras/es, têm a oportunidade de assumir um compromisso público com os direitos das mulheres e meninas e de fortalecer compromissos internacionais do Brasil pela igualdade de gênero.

A plataforma do Cidade 50-50 sugere 12 propostas em seis áreas temáticas: Governança e Financiamento, Participação Política, Empoderamento Econômico, Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Educação para a Igualdade e Saúde.

O projeto foi desenvolvido em parceria da ONU Mulheres com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Instituto Patrícia Galvão e o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades da Universidade de Brasília (Demodê/UnB).

A plataforma “Cidade 50-50” tem como origem os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a iniciativa da ONU Mulheres “Por um Planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero”. Embora seja uma agenda global, os ODS foram concebidos com o entendimento que só será possível alcançar suas metas se houver envolvimento dos governos locais.

Assim, a importância do “Cidades 50-50” reside na necessidade de se promover o diálogo com os municípios para que possam tornar os ODS e os compromissos internacionais com a igualdade de gênero conhecidos pela população, pela sociedade civil, por governantes locais e órgãos ligados aos poderes legislativo e judiciário.





ODS relacionados: todos

Localização dos ODS no estado de São Paulo - PNUD Brasil

Em setembro de 2015, percebendo a essencialidade de internalizar os ODS, a Assessoria Internacional da Secretaria da Casa Civil do estado de São Paulo, junto à Secretaria do Meio Ambiente e a Secretaria de Desenvolvimento Social, instituiu o Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI) do estado para a Implementação dos ODS, por meio do decreto nº 62.063, de 27 de junho de 2016.

O GTI estabelece diretrizes para a implementação dos objetivos globais no estado, por meio do fortalecimento da interação entre as diversas instituições estaduais que trabalham com temas conexos ao da Agenda 2030.

Após a criação do GTI, as duas primeiras reuniões do grupo contaram com representantes de diversas Secretarias do estado, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o qual promoveu workshops sobre a transição dos ODM aos ODS, e sobre a integração e indivisibilidade entre os temas da Agenda 2030.

Ações mais orientadas também foram empreendidas no âmbito da parceria. No segundo semestre de 2016, o PNUD coordenou uma dinâmica, em caráter piloto, com a Secretaria de

Desenvolvimento Social e a Comissão de Trabalho Decente do estado de São Paulo. Desenvolvida ineditamente pelo PNUD Brasil, a dinâmica consiste na aplicação de uma metodologia para enfatizar que o conjunto dos ODS é integrado e indivisível. Os ODS são apresentados como peças de quebra-cabeça, e tem como objetivo estimular as pessoas a perceberem a integração entre as diferentes temáticas que representam.

Por meio da dinâmica, são discutidos os desafios e as oportunidades do alinhamento das ações de instituições com as metas dos ODS, fomentando ainda a discussão sobre as sinergias (impactos positivos) e os “trade-offs” (impactos negativos) entre as diferentes metas dos ODS, bem como entre temas de trabalho de diferentes instituições, ou até ações dentro da mesma instituição.



Foto: Isadora Cardoso/ PNUD Brasil



Como o modelo de parceria com setor privado para promover a igualdade de gênero por meio dos WEPs contribui para a implementação da Agenda 2030 - ONU Mulheres e Pacto Global das Nações Unidas

CASO DESTAQUE

Lançado globalmente em 2010, os Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs de sua sigla em inglês) consistem em um modelo de ação corporativa para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

A parceria entre ONU Mulheres e o Pacto Global das Nações Unidas propõe sete princípios de adesão voluntária que guiam as empresas sobre como assumir o compromisso no mais alto nível, promover ambientes de trabalho não discriminatórios, investir na educação e formação de mulheres, incorporar a perspectiva de gênero nas ações voltadas para sua cadeia de valor e de responsabilidade social e o monitoramento de sua implementação.

Adicionalmente, os WEPs representam uma oportunidade para fortalecer a colaboração entre o setor privado ao mesmo tempo que orienta outros atores, incluindo o governo, em seu engajamento com o mundo corporativo.

Globalmente, mais de 1300 empresas assinaram os WEPs, sendo 100 no Brasil, país que ocupa o terceiro lugar no mundo em relação ao número de empresas signatárias. Em 2014, Itaipu Binacional lançou o Prêmio WEPs Brasil para reconhecer esforços de empresas na implementação de ações relacionadas com os WEPs, independente de serem signatárias ou não.

Tendo os WEPs como orientador, empresas estão fortalecendo suas capacidades para implementar políticas de compras afirmativas, incorporar perspectiva de gênero em estratégias de desenvolvimento territorial, promover campanhas de sensibilização para dentro e para fora, empoderando mulheres de suas cadeia de valor e usando sua publicidade não estereotipada, além de investir recursos em projetos visando a igualdade de gênero, por exemplo.

5



8



17



Buscando um ambiente favorável para a localização dos ODS

Em muitos países, os governos locais não possuem independência e são meros agentes do governo central (eles não têm poder, competências ou recursos). Os ODS e seu processo de localização apresentam uma nova oportunidade para fortalecer a descentralização do poder e promover novas formas de governança cooperativa (multi-nível e com a participação de várias partes interessadas e/ou impactadas).

Os governos locais e regionais e suas associações devem aproveitar o compromisso assumido internacionalmente para localizar a Agenda 2030 e **buscar reformas que lhes dêem competências claras e criem ambientes propícios** que possam garantir um desenvolvimento local e regional eficaz.

A legislação e os regulamentos nacionais fornecem arcabouços nos quais os governos locais e regionais atuam. Tais arcabouços podem criar incentivos ou obstáculos para o desenvolvimento sustentável, especialmente em relação à gestão local de recursos, à descentralização fiscal e financeira, o desenvolvimento econômico inclusivo e a proteção ambiental.

Portanto, é essencial que as associações nacionais de governos locais e regionais defendam um ambiente flexível para o acompanhamento da implementação e da avaliação dos ODS no nível subnacional.

Um ambiente favorável para a implementação dos ODS inclui:



Um arcabouço jurídico e político

que garanta a democracia e o respeito pelos direitos humanos



Uma estrutura legislativa e um nível de descentralização

que reconheça os governos locais e regionais como um nível autônomo de governo com poderes legais, autonomia financeira, papéis claramente definidos, responsabilidades e capacidade de defender os interesses dos cidadãos perante as autoridades nacionais



Mecanismos de governança multinível

e parcerias com várias partes interessadas e/ou impactadas



O reconhecimento da necessidade de realizar transferências financeiras

do governo central para os governos locais e regionais, a fim de corrigir os desequilíbrios entre as tarefas atribuídas a eles e seus recursos limitados. Os governos locais e regionais também devem ter o poder legal para estabelecer os seus próprios impostos, com o objetivo de implementar de forma eficaz seus métodos de desenvolvimento definidos localmente, assegurando a ampla prestação de contas



Reforço das capacidades dos governos locais e regionais em relação aos ODS, qualificando-os para maximizar as suas contribuições, mesmo em face à competências limitadas



Medidas para acompanhar e avaliar o desempenho dos governos locais e regionais, bem como para apoiá-los para melhorar ao longo do tempo

Mobilização de Recursos Financeiros

Sem o forte compromisso dos governos nacionais e da comunidade internacional para reforçar os recursos e as capacidades dos governos locais e regionais, o potencial de localizar os ODS poderia ser subestimado.

Como reconhecido pela Agenda de Ação de Adis Abeba sobre “Financiamento para o Desenvolvimento”, em cada vez mais países **“gastos e investimentos em desenvolvimento sustentável estão sendo transferidos para o nível subnacional, que muitas vezes carece de capacidades técnicas e tecnológicas adequadas, financiamento e apoio”⁸**.

Governos locais e regionais devem buscar melhores regimes de tributação locais, incluindo novos impostos e recursos não-fiscais, tais como taxas de serviço, e também analisar o peso das

transferências nacionais, especialmente as condicionais. Eles devem posicionar-se contra os impostos que sejam prejudiciais para o meio ambiente, como os subsídios aos combustíveis fósseis.

Os governos locais e regionais também devem trabalhar com os governos centrais para melhorar as suas capacidades de empréstimo e explorar formas inovadoras de financiamento do governo local como, por exemplo, por meio de parcerias com o setor privado.

As reformas fiscais são muitas vezes parte de um processo longo e complexo, e a implementação de projetos estratégicos para promover os ODS não deve ser adiada. A mobilização de recursos e meios disponíveis existentes para o alcance dos ODS no nível local é essencial.

8.http://www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2015/08/AAAA_Outcome.pdf



Orçamentos Sensíveis a Gênero - Escritório da ONU Mulheres no Brasil

O projeto teve por objetivo alcançar a maior institucionalização da perspectiva de gênero nos processos de planejamento e orçamento na gestão pública; uma maior visibilidade dos direitos das mulheres na agenda e orçamento públicos; e promover a geração de conhecimento para produção de abordagens mais eficazes para implementar e monitorar orçamentos sensíveis a gênero, com participação efetiva das mulheres.

Em Recife, no ano de 2010, foi criada a Secretaria da Mulher. Com apoio e assistência técnica fornecida pela ONU Mulheres, a Secretaria alcançou em 2011 um aumento de 44% dos recursos alocados em relação ao orçamento do ano anterior. Naquele mesmo ano, também foi possível formular e aprovar o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres e o mesmo é incluído com prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias para alcançar financiamento.

Como resultado desta incorporação em 2012, a dotação orçamentária de todas as secretarias municipais totalizou 13,5 milhões de dólares para o cumprimento do Plano. Além disso, graças ao estabelecimento do classificador orçamentário de gênero, foi possível identificar a alocação de um total de 51 milhões de reais destinados à igualdade de gênero entre as distintas secretarias da prefeitura.

A falta de financiamento adequado para as políticas de igualdade de gênero foi o fator determinante para o fracasso no alcance das medidas da Plataforma de Ação de Pequim em seus 20 anos de existência. É um componente presente na Agenda de Ação de Adis Abeba, sendo chave para o sucesso da implementação dos ODS sem deixar ninguém para trás.





ODS relacionados: todos

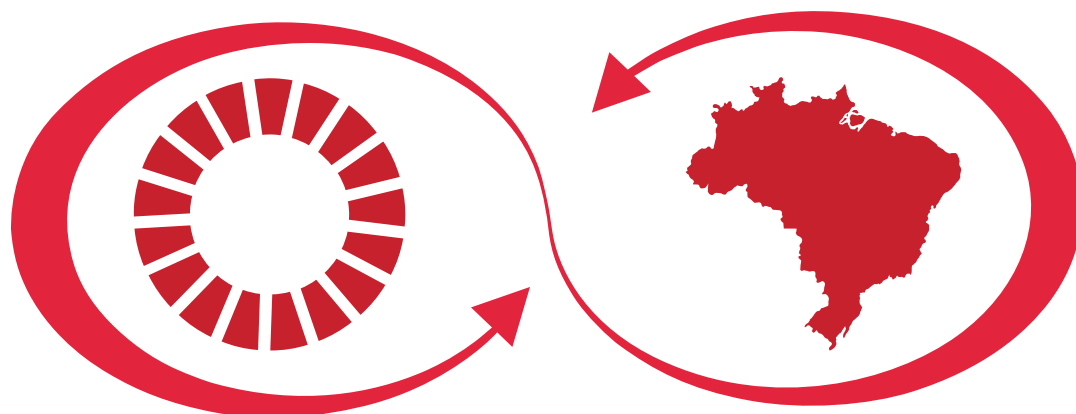
A Confederação Nacional de Municípios do Brasil (CNM) - PNUD Brasil

A CNM e o PNUD, por meio da iniciativa ART, estão em parceria para fortalecer o papel dos municípios na implementação dos ODS. Esta iniciativa conjunta visa a sensibilizar os governos locais sobre a Agenda 2030, para permitir que eles integrem os ODS em seus planos locais e para construir sistemas de acompanhamento e prestação de contas no nível local.

As atividades incluem: identificação de indicadores relevantes para os municípios; a elaboração de diretrizes e publicações sobre o papel dos governos locais no novo

arcabouço de desenvolvimento e capacitação de novos prefeitos eleitos na implementação e acompanhamento dos ODS.

A participação dos governos locais e regionais na definição de prioridades e estratégias nacionais relacionadas aos ODS exigem uma estrutura institucional adequada que permita diferentes formas de governança cooperativa envolvendo os diferentes níveis de governo (governança multinível) e outras partes interessadas e/ou impactadas (governança multilateral).



Buscando mecanismos de governança multinível para a implementação e monitoramento dos ODS

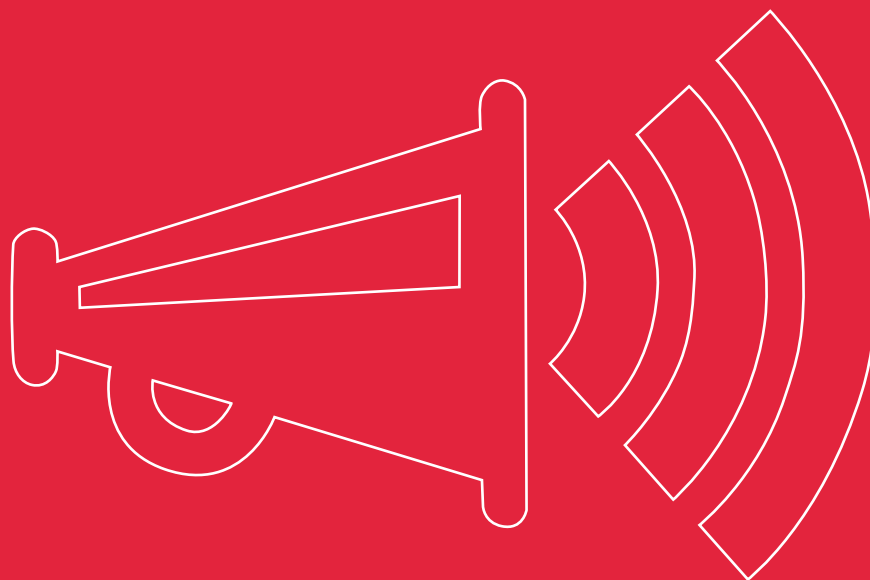
A **Governança multinível** tem sido descrita como o “*sistema de tomada de decisão para definir e implementar políticas públicas produzidas por relação colaborativa, quer seja vertical (entre diferentes níveis de governo, incluindo nacional, federal, regional ou local), quer seja horizontal (dentro do mesmo nível, por exemplo, entre os ministérios ou entre os governos locais), ou ambos*”⁹.

O sucesso da governança multinível é determinado por três condições: o princípio da subsidiariedade, o respeito à autonomia local e o diálogo estruturado tendo por base a confiança mútua entre os atores.

Uma abordagem integrada de governança multinível e um bom diálogo entre as instituições interdependentes podem ser alcançados por meio de mecanismos de consulta, coordenação, cooperação e avaliação, como por exemplo, o estabelecimento de um comitê formal que reúna as autoridades nacionais, regionais e locais em conjunto, além de diálogos estruturados, parcerias e redes informais.

Os líderes locais desempenham um papel fundamental na negociação de governanças multiníveis de sucesso em nome de suas comunidades.

9. Stephenson 2013. Twenty years of multi-level governance: Where Does It Come From? What Is It? Where Is It Going?. <https://halshs.archives-ouvertes.fr/hal-01024837/document>



DEFENDENDO

A IDEIA:

quem pode fazer o quê?

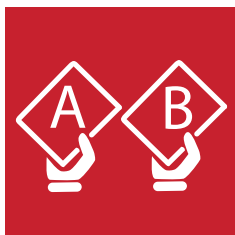
Governos locais e regionais:



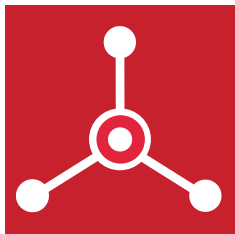
Participar na definição das estratégias nacionais dos ODS



Buscar estratégias nacionais que reflitam as necessidades e preocupações dos governos locais e regionais, das partes interessadas e/ou impactadas e dos cidadãos em seus territórios



Reunir evidências de diferentes partes interessadas e/ou impactadas para apoiar a defesa de suas ideias



Buscar um ambiente favorável no nível nacional baseado na descentralização e na boa governança



Promover parcerias multiníveis e multilaterais para uma melhor cooperação

Associações e redes de governos locais e regionais



Canalizar as prioridades locais na definição de estratégias nacionais e arcabouços institucionais



Aumentar a representatividade de governos locais e regionais em diálogos nacionais, buscando um ambiente propício para a implementação dos ODS



Continuar em defesa da representatividade e da ampliação da participação dos governos locais no cenário internacional.



3. Implementação:

Os ODS no nível local

Paralelamente à sensibilização e à defesa da ideia, os governos locais e regionais devem se preparar para implementar os ODS em suas comunidades.

Eles podem fazer isso de inúmeras formas, como:



- 1. Realizar avaliação de necessidades para definir prioridades e localizar os ODS**
- 2. Engajar-se no espírito de governança cooperativa para estabelecer prioridades comuns**
- 3. Alinhar os planos locais e regionais aos ODS**
- 4. Mobilizar recursos locais**
- 5. Fortalecer capacidades para uma liderança ágil e eficaz**
- 6. Promover a apropriação e a corresponsabilidade na implementação de projetos estratégicos**
- 7. Participar na cooperação para o desenvolvimento e aprendizagem entre partes**
- 8. Os governos locais e regionais podem fazer escolhas e priorizar as metas e objetivos que melhor correspondam aos seus contextos e necessidades específicas.**



Cooperação para o desenvolvimento em energias renováveis para a mitigação da mudança climática – UNIDO

A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial – UNIDO promove, desde 2011, um programa que visa a fomentar o intercâmbio de conhecimento e o desenvolvimento de energias renováveis no Brasil.

O Observatório de Energias Renováveis para a América Latina e o Caribe tem como pilar central o compartilhamento de informações internacionais para os estados brasileiros, de forma que os governos locais e regionais, assim como o setor privado, possam utilizar as informações disponíveis na plataforma, para o desenho de políticas públicas e estratégias de negócio, priorizando as metas e objetivos de acordo com sua realidade.

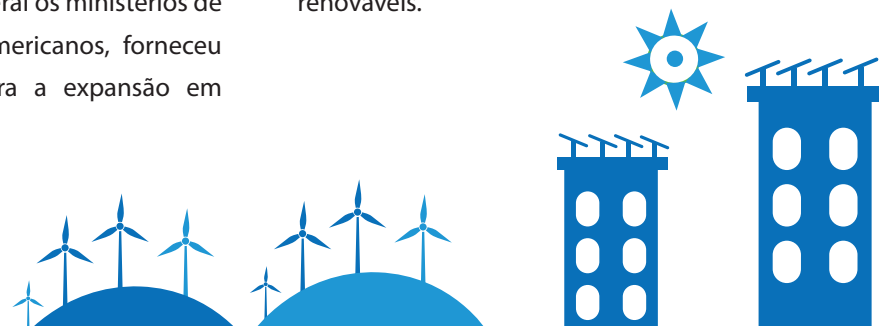
Estruturou-se uma metodologia de cooperação internacional com o objetivo de amearhar conhecimento sobre energias renováveis em uma plataforma aberta para serem adotadas como boas práticas para o Brasil. Para tanto, cada membro participante, em geral os ministérios de energia de países latino-americanos, forneceu informações relevantes para a expansão em energias renováveis.

Foi estabelecida, então, uma Biblioteca Digital de informação especializada para compartilhamento de estudos; um Sistema Cartográfico que apresenta um conjunto de dados técnicos relacionados ao campo da energia renovável que pode ser visto em mapas interativos online; e Relatórios Técnicos que reúnem informações sobre linha de base, estado da arte e mecanismos financeiros para as energias renováveis de forma localizada. Principais estudos disponibilizados:

Estado da Arte: Relatório nacional descrevendo o estado da arte das tecnologias que utilizam recursos renováveis para gerar energia.

Linha de Base: Relatório que contém uma revisão geral do cenário energético nos países membros.

Relatório Financeiro: Analisa e descreve o funcionamento dos modelos, mecanismos e recursos financeiros nacionais, passíveis de financiar projetos de geração, transmissão e distribuição de energia a partir de fontes renováveis.



Conduzindo uma Avaliação de Necessidades para Definição de Prioridades e Localização dos ODS



A implementação dos ODS deve responder com coerência às necessidades e às prioridades locais e regionais e complementar as estratégias nacionais.



O papel dos diferentes níveis de governo na implementação dos ODS depende do quadro político e institucional de cada país. Cada nível de governo deve ter capacidade de definir suas próprias prioridades em conformidade com suas áreas jurídicas de responsabilidade para conduzi-las por meio de planos locais, regionais e políticas setoriais.



Com o objetivo de definir prioridades locais, programas locais e regionais existentes devem ser revistos com o fim de identificar as principais



necessidades, prioridades, lacunas e conexões intersetoriais do território e sua relação com os ODS e prioridades nacionais.

É crucial que os governos locais e regionais garantam que suas prioridades no âmbito dos ODS sejam relevantes e localmente apropriadas, bem como incluam os interesses de diferentes níveis de governo e partes interessadas e/ou impactadas localmente, incluindo minorias e grupos vulneráveis.

A criação de grupos de trabalho e forças-tarefa relacionadas aos ODS é uma forma promissora de conectar diferentes entidades e órgãos governamentais, considerando a abordagem multidisciplinar dos temas dos Objetivos.



Projeto Escolas e Comunidades Ativas - PNUD Brasil

O Projeto Piloto Escolas e Comunidades Ativas visa tornar as crianças com idade entre 6 e 12 anos mais ativas e utilizar o movimento antes, durante e depois da escola para promover o processo de aprendizagem, formação integral e desenvolvimento humano.

Para alcançar este objetivo, foram desenvolvidas duas metodologias inovadoras. Para o projeto Escolas Ativas, utiliza-se a atividade física e o movimento dentro da sala de aula, melhorando o interesse pelas aulas e impactando o comportamento em sala e o desempenho acadêmico. Para o Comunidade Ativas, foi utilizado como base o esporte educacional para proporcionar atividades físicas orientadas, lúdicas e de qualidade em espaços públicos.

Iniciada em 2014, no Rio de Janeiro, a iniciativa do PNUD em parceria com Nike, GIZ, Instituto Bola

pra Frente, Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro, Special Olympics e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi executada em 12 escolas da rede pública municipal e 10 comunidades: Cidade de Deus, Rocinha, Complexo do Alemão, Complexo do Muquição, Mangueira, Padre Miguel, Gamboa, Vila Kennedy, Vila Isabel e Penha.

Em 2 anos de execução, o projeto contribuiu para o alcance dos objetivos globais de desenvolvimento sustentável, principalmente os ODS 3, 4, 5, 11 e 17.

Os aprendizados da experiência foram sistematizados e está sendo desenvolvida uma ferramenta de capacitação em larga escala com o objetivo de levar o Projeto para outras localidades do Brasil.



Foto: Dhani B.



Como o Projeto Pesca Sustentável na Costa Amazônica (PeSCA) contribui para o ODS 14 - UNESCO Brasil

O Projeto PeSCA é uma cooperação promovida desde 2015 pela UNESCO no Brasil e o Fundo Vale, construída de forma participativa com diversos parceiros e comunidades locais, em prol do desenvolvimento sustentável da pesca artesanal de camarão e caranguejo na costa amazônica.

O Projeto apoia a conservação e o uso sustentável dos recursos marinhos e favorece o acesso dos pescadores artesanais aos mercados locais e regionais, buscando melhorar sua renda e sua qualidade de vida. Por isso, o Projeto promove o engajamento de muitos atores (pescadores, lideranças comunitárias, universidades, institutos de pesquisa, organizações não governamentais, governo e setor privado), envolvendo quase 10 mil famílias de 30 comunidades locais.

Para aprimorar as cadeias produtivas de várias espécies de camarão e caranguejo da região, o

Projeto buscará promover o desenvolvimento sustentável da economia local, fortalecendo a pesca artesanal como fonte de renda. Em 2016, já foram realizados dois diagnósticos para identificar desafios e oportunidades: um para analisar o contexto sociocultural, econômico e ambiental; o outro para estudar as cadeias produtivas. Esses diagnósticos irão nortear várias iniciativas: de capacitação para a qualificação técnica e a emancipação social; de valorização cultural; de monitoramento participativo; e de disseminação de tecnologias sociais de baixo custo.

O Projeto, que atualmente conta com 43 parceiros e tem previsão de duração de 7 a 10 anos, também promove o empoderamento comunitário e sua própria sustentabilidade, investindo na formação de jovens da comunidade, centrada na arte-educação.



Foto: Milena Argenta



Trabalho decente e sustentabilidade no estado do Mato Grosso - OIT, PNUMA, PNUD, UNIDO e UNITAR

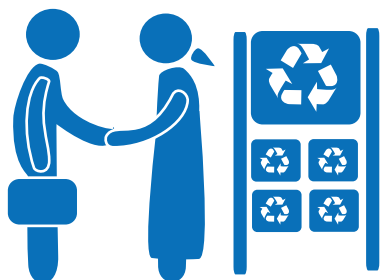
CASO DESTAQUE

A iniciativa PAGE – Partnership for Action on Green Economy - é fruto de uma associação entre cinco organismos do Sistema das Nações Unidas: OIT, PNUMA, PNUD, UNIDO e UNITAR. Foi lançada logo após a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) para prestar assistência aos países interessados em adotar políticas e estratégias para promover o desenvolvimento sustentável por meio de uma economia verde inclusiva, capaz de combinar a sustentabilidade ambiental com a redução da pobreza e das desigualdades sociais.

No caso do Brasil, essa assistência foi demandada especificamente pelo Governo do Estado de Mato Grosso, que se comprometeu a implementar uma estratégia de desenvolvimento local baseada no trinômio Produzir, Conservar e Incluir. Centrada

na intensificação da produção e na geração de trabalho decente sobretudo na agricultura, na pecuária e na silvicultura praticadas nas áreas já desmatadas do território mato grossense, essa estratégia visa evitar que tais atividades econômicas avancem sobre as terras ainda cobertas por vegetação nativa da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal. Ela deverá contribuir, assim, para o alcance de diversos ODS, sobretudo o 1, 8, e 15.

Uma das primeiras ações foi a realização de um workshop com a participação dos atores relevantes do governo e da sociedade civil mato grossense a fim de dar início à construção do Plano de Ação da PAGE/MT para os próximos três anos.



CASO DESTAQUE

Sala de Situação: Direito à saúde sexual e reprodutiva das mulheres em tempo de epidemia da SCZv (Síndrome Congênita do Zika vírus) - ONU Mulheres, OPAS/OMS e UNFPA

A ONU Mulheres, OPAS/OMS e UNFPA estão envolvidas em força tarefa interagencial com o objetivo de assegurar que as necessidades das mulheres sejam reconhecidas e que lhes seja garantida proteção contra o impacto negativo desta epidemia em suas vidas de maneira ampla.

A Sala foi criada para analisar a situação e os contextos de vulnerabilidades; apresentar as ações em curso/planejadas pelas instituições; coletar recomendações e/ou contribuições; e definir ações conjuntas nas áreas de informação, comunicação, mobilização e empoderamento de mulheres e jovens.

Ela é constituída por agências da ONU, representantes do governo e de aproximadamente 25 organizações da sociedade civil. A participação dessas organizações é estratégica para estabelecer acordos e ações que colocam os direitos humanos das mulheres, inclusive os Direitos Sexuais e Reprodutivos, no centro da resposta à epidemia.

Neste espaço se pretende um esforço coletivo de convergência de estratégias e ações para defender os direitos das mulheres em sua integralidade, para garantir uma melhor compreensão da epidemia, suas consequências e impactos na vida das mulheres e jovens, na construção de sua autonomia e, sobretudo, em suas trajetórias reprodutivas.

Já foram realizados quatro encontros da Sala de Situação, que se constituíram como momentos importantes para o relato do que a sociedade civil vem fazendo e a troca de experiências e lições aprendidas. Tornou-se, também, um espaço para o diálogo entre as organizações da sociedade civil e representantes governamentais.

3



5





Como o Programa Mais Médicos e Saúde de qualidade contribuem para o ODS 3 - OPAS/OMS - Brasil

O programa foi criado em 2013 pelo Governo Federal brasileiro, com o objetivo de suprir a carência de médicos nos municípios do interior e nas periferias das grandes cidades. A Representação da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) no Brasil colabora com a iniciativa intermediando a vinda de médicos de Cuba para atuar em unidades básicas de saúde do país.

Um dos grandes desafios do Brasil era assegurar à população, assim como disposto em sua Constituição Federal, o acesso universal à saúde – considerando que grandes disparidades persistem e uma parcela considerável de pessoas ainda não tinha acesso a profissionais médicos.

Três anos após a criação do programa, foi possível preencher 18,2 mil vagas em 4.058 municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais

Indígenas. Dessas, 11,4 mil foram ocupadas por profissionais cubanos. Dados do Ministério da Saúde brasileiro apontam que o Mais Médicos beneficia atualmente 63 milhões de pessoas.

Os médicos de Cuba atuam na área de Atenção Básica, atendendo pessoas com diabetes, hipertensão e hanseníase, entre outras doenças, além de promoverem ações educativas e realizarem consultas de pré-natal. Eles também estão entre os profissionais que trabalham na prevenção e diagnóstico do vírus Zika e no acompanhamento de crianças com microcefalia.

Como resultado da disponibilidade de cuidados primários com a saúde, houve redução da taxa de mortalidade infantil e diminuição no número de internações nesses municípios, contribuindo diretamente para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3.





CASO DESTAQUE

Bem Viver - ODS Indígenas - PNUD Brasil

O processo de internalização dos ODS começa com a análise e tradução dessa agenda internacional para pessoas e comunidades com referências culturais diferenciadas. Para trabalhar as propostas da Agenda 2030 considerando a diversidade destes atores, o PNUD implementou uma iniciativa piloto junto à comunidade indígena Guarani Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul.

A partir de oficinas que discutiram as demandas locais – em temas distintos, como agricultura, educação, saúde, alimentação, entre outros –

foram estabelecidas prioridades da comunidade, chamadas de o “Bem Viver” da comunidade de Pirukuá, que se consolida em cinco objetivos: (1) autonomia com sustentabilidade, (2) educação tradicional, (3) gestão política autônoma, (4) segurança alimentar, (5) valorização das práticas tradicionais na saúde indígena.

O projeto contribui para o empoderamento de comunidades tradicionais, bem como promove a sua inclusão na medida em que alinha as prioridades percebidas pelas próprias pessoas destas comunidades com uma perspectiva mais ampla do desenvolvimento sustentável.



Foto: Tiago Zenero/PNUD Brasil



Enfoque integrado para a sustentabilidade ambiental no planejamento do desenvolvimento - PNUMA Brasil

Com apoio do Governo Brasileiro, o PNUMA (escritórios Regional e do Brasil) iniciou em 2016 a implementação do projeto “Enfoque integrado para a sustentabilidade ambiental no planejamento do desenvolvimento” nos países da América Latina e do Caribe.

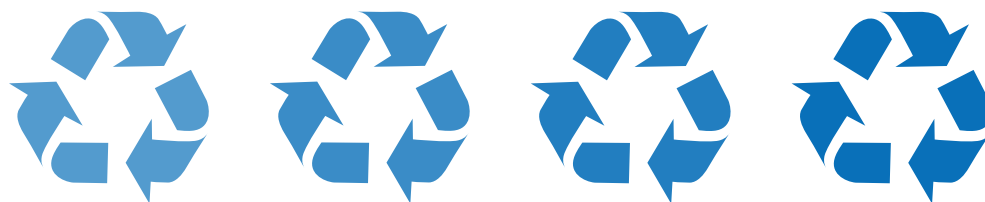
O objetivo do projeto é acompanhar a aplicação do enfoque integrado (isto é, aquele que incorpora de forma equilibrada as três dimensões do desenvolvimento sustentável e que busca maximizar os benefícios econômicos, ambientais e sociais) na implementação da Agenda 2030 e dos ODS na região.

Nesse contexto, o impacto do projeto na implementação e acompanhamento no Brasil e em outros países da região, é fornecer lições e esclarecimentos sobre os desafios a serem

enfrentados que possam ajudar os formuladores de políticas a utilizarem o enfoque integrado nos planos de desenvolvimento sustentável.

Paralelamente, o PNUMA selecionou e sistematizou experiências, incluídas no relatório “Desenvolvimento sustentável na prática, aplicando um enfoque integrado na América Latina e no Caribe”, que inclui três exemplos brasileiros de implementação dos ODS: Consumo e produção sustentáveis, Bolsa Verde e o programa Água Doce.

Além da elaboração do relatório, o projeto procura compor uma base analítica de experiências bem sucedidas para fomentar, numa segunda fase, processos de cooperação Sul-Sul, de interesse para o Brasil, entre os países da região por meio do intercâmbio de boas práticas.



Governança cooperativa para o estabelecimento de prioridades comuns

Os governos nacionais devem mobilizar e envolver as instituições e os atores locais e regionais num diálogo sobre as prioridades a serem abordadas pelos ODS. Os seguintes mecanismos de governança podem ser utilizados para tornar isto possível:

Plataformas de governança multinível devem assegurar a coerência entre as prioridades setoriais das instituições governamentais nacionais e dos governos locais e regionais.

A cooperação intermunicipal, incluindo cooperação transfronteiriça, quando apropriada, deve ser usada por governos locais para avaliar conjuntamente as suas necessidades, definir as prioridades à luz dos ODS e desenvolver programas e planos no nível territorial. Os governos locais e regionais devem trabalhar conjuntamente para garantir uma abordagem mais integrada e eficiente para o desenvolvimento territorial por meio da cooperação na prestação de serviços, infraestrutura e, quando possível, por meio da partilha de recursos e capacidades.

A aprendizagem entre pares e trabalhos em equipe podem ser formas eficazes para a melhoria da prestação de serviços e para a mudança de metodologias de trabalho e promoção de aprendizagem baseada na solução de problemas. Para as autoridades locais e regionais de origens semelhantes, a aprendizagem entre pares é um mecanismo para encorajamento

mútuo e melhora do processo de tomada de decisão política e técnica, bem como de suas performances.

Os mecanismos multilaterais (envolvendo várias partes interessadas e/ou impactadas) - formais ou informais - devem garantir a participação do setor privado, da sociedade civil e da academia. Esses mecanismos devem ser acessíveis a todos os setores da sociedade, de forma equilibrada, para que nenhum grupo domine outro, e devem ser transparentes.

Quando todos têm a oportunidade de contribuir para o debate com suas opiniões, informações e experiências, o processo ganha legitimidade, mas a tomada de decisões deve ser transparente e amplamente comunicada, de forma a garantir que o processo seja responsivo e a confiança seja mantida.

Quando possível, mecanismos de participação existentes devem ser utilizados para a definição de prioridades à luz dos ODS, ao invés de processos *ad hoc*.

Os governos locais e regionais devem desempenhar um papel de liderança entre os vários mecanismos das partes interessadas e/ou impactadas, respeitando a independência dos atores não governamentais. Este papel pode incluir: garantia de uma estrutura mínima, estabelecimento de pautas, proposição de temas específicos, distribuição de materiais relevantes ou até mesmo a concessão de subsídios para determinadas atividades.

Alinhando os planos locais e regionais aos ODS

As estratégias de implementação podem ser definidas por **planos *ad hoc* para os ODS ou por meio do alinhamento das estratégias de desenvolvimento locais ou regionais vigentes com os objetivos, metas e indicadores da Agenda 2030.**

Estes planos locais e regionais devem proporcionar uma visão abrangente do território e definir estratégias baseadas em uma abordagem integrada e multidimensional para o desenvolvimento inclusivo e sustentável. Eles devem ser definidos, implementados e monitorados com o envolvimento das principais partes interessadas e/ou impactadas no território num contexto de ampla participação política.

Estes planos podem incluir:

- Diagnóstico básico do contexto socioeconômico e ambiental
- Prioridades locais ou regionais
- Compartilhamento de metas
- Coerência com os planos estabelecidos nacional e regionalmente para os ODS
- Projetos estratégicos
- Orçamento e estratégias financeiras
- Cronograma de implementação
- Mecanismos de governança cooperativa
- Monitoramento e ferramentas de avaliação, incluindo um conjunto de indicadores locais e regionais alinhados aos indicadores estabelecidos na Agenda 2030





ODS relacionados: todos

Programa Oeste em Desenvolvimento - PNUD Brasil

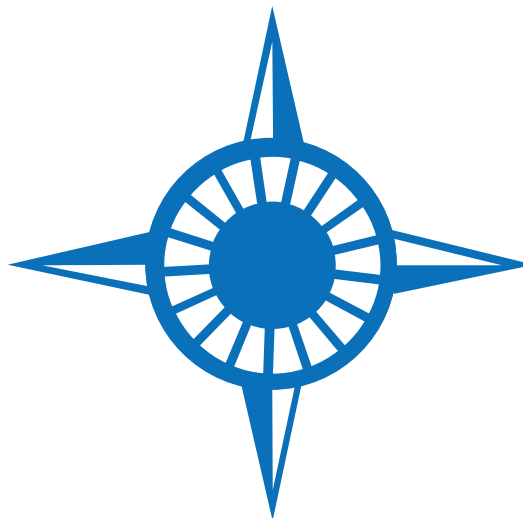
Está sendo elaborada, em parceria com o PNUD Brasil, uma Agenda de Atuação Conjunta para os ODS para os municípios na área de atuação de Itaipu, notadamente aqueles que fazem parte da iniciativa Oeste em Desenvolvimento.

O Programa Oeste em Desenvolvimento é uma ação de governança regional e busca promover o desenvolvimento econômico da região do oeste do estado do Paraná por meio de um processo participativo, fomentando no território a cooperação entre os atores públicos e privados para o planejamento e a implementação de uma estratégia de desenvolvimento integrada.

O Programa atua em eixos estruturantes de base territorial, tecnológica e inovadora, eleitas por meio de levantamento de dados do perfil

socioeconômico e demográfico-empresarial da região oeste do Paraná, envolvendo estratégias de desenvolvimento nos 54 municípios contemplados nesta mesorregião.

A Agenda de Atuação Conjunta sobre os ODS para os municípios do “Programa Oeste em Desenvolvimento” está sendo construída de forma participativa e baseada (1) em evidências coletadas por meio da elaboração de um diagnóstico da situação social, ambiental e econômica da região; e (2) no levantamento das principais políticas federais, estaduais e municipais, convergentes no território e que contemplam os três pilares do desenvolvimento sustentável; (3) nas políticas e ações empresariais desenvolvidas pelas empresas do território.



Mobilização de Recursos Locais

Em um contexto de recursos escassos, **os orçamentos locais devem ser alinhados de forma eficiente às prioridades identificadas e estabelecidas nos planos de desenvolvimento local ou regional.** Isto implica na alocação ou realocação de meios disponíveis para satisfazer as prioridades alinhadas aos ODS.

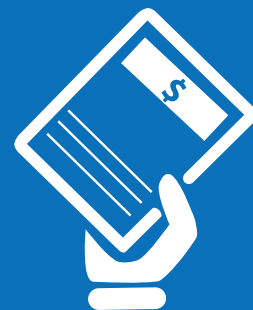
Também é importante **melhorar as competências de gestão e capacidades** dentro das instituições para assegurar uma utilização mais eficaz dos recursos disponíveis. Isso inclui **sistemas de melhoria da organização, gestão fiscal e orçamentária (incluindo o orçamento participativo), compras públicas, transparência** e a luta contra fraudes e corrupção, bem como a atualização de habilidades dos funcionários do governo local e regional por meio de iniciativas de capacitação em diversas áreas, como a gestão da dívida pública e o acesso a empréstimos privados.

Novas parcerias também são necessárias para mobilizar recursos e conhecimentos por meio da cooperação entre setor privado (por meio de parcerias público-privadas), comunidade (por meio de parcerias público-privadas-pessoas), universidades e centros de pesquisa.

Fontes alternativas de financiamento não devem ser negligenciadas: o crowdfunding, por exemplo, mobiliza fundos por meio de pequenas contribuições de diversos indivíduos e organizações.

Os governos locais e regionais também devem considerar o trabalho conjunto para fortalecer seus serviços, seja por meio de mecanismos informais (tais como uma estratégia conjunta entre municípios ou regiões para atrair novas empresas) ou por meio de formas institucionais de colaboração mais complexas (associações *ad hoc*, consórcios etc.). Tal cooperação intermunicipal pode promover a liberação de recursos extras, aproveitando as vantagens de custo em larga escala.

A falta de recursos e de capacidades é particularmente crítica para muitas cidades pequenas e médias e municipalidades em regiões rurais. Por esta razão, **as regiões e os governos intermediários desempenham um papel importante na ampliação de serviços de alta qualidade e no fornecimento de apoio técnico e financeiro no âmbito dos mecanismos de cooperação territorial.**





Projetos de Parceria Público Privado – PNUD Brasil

Os projetos de Parceria Público Privado (PPP) do PNUD têm como objetivo o fortalecimento de capacidades dos governos na condução de processos que envolvem alianças com o setor privado. Estes projetos foram firmados com a Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e com o Escritório de Parcerias Estratégicas da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica do Mato Grosso do Sul.

As PPPs transformaram-se em um instrumento essencial para o crescimento produtivo, econômico e social dos países. Entretanto, o desenvolvimento e a implantação das PPPs apresentam lacunas nas capacidades técnicas dos responsáveis, especialmente no setor público.

Essas lacunas referem-se particularmente à expertise e aos conhecimentos necessários para a análise de viabilidade técnica, econômico-financeira, aspectos ambientais, modelagem jurídica e execução e acompanhamento de contratos.

O PNUD promove o assessoramento técnico para o planejamento, a elaboração e a implantação de PPPs em projetos de desenvolvimento. A proposta é expandir a cooperação e a expertise do Organismo Internacional para outros interessados, fornecendo ideias, soluções e lições aprendidas para enfrentar os desafios ou restrições em capacidades técnicas e administrativas no setor público.

Por ter como objetivo final a provisão de serviços públicos de qualidade às populações mais vulneráveis, estas ações encontram consonância na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e perpassam diversos Objetivos, em especial, o Objetivo 11 – “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”.



Projeto Implementação do Modelo de Protocolo Latino-americano para investigar as mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídios/ feminicídios) - Escritório da ONU Mulheres no Brasil

O Projeto iniciado em 2014 é desenvolvido por meio de parceria com a Secretaria de Políticas para as mulheres (SPM) e financiamento do governo da Áustria. O objetivo é fortalecer a aplicação da Lei do Femicídio e ampliar o acesso das mulheres à justiça, por meio da elaboração de documento com orientações práticas para visibilizar as mortes violentas de mulheres por razões de gênero – os feminicídios.

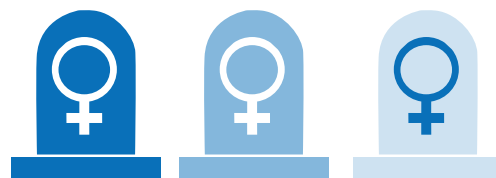
O projeto divide-se em duas etapas. Na primeira, foi criado um Grupo de Trabalho Interinstitucional com representantes do Sistema de Justiça Criminal para revisar o Modelo de Protocolo com vistas à elaboração de um documento adequado ao contexto social e jurídico brasileiro.

O resultado encontra-se nas “Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (feminicídios)” que adota a devida

diligência e os direitos à justiça, à reparação e à memória como norteadores para atuação do Estado no enfrentamento da violência contra as mulheres.

A segunda etapa se encontra em andamento. As Diretrizes Nacionais estão sendo implementadas no Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Distrito Federal. Grupos de Trabalho Interinstitucionais foram criados para aplicar as Diretrizes na elaboração de protocolos para investigação policial e pericial, recomendações, notas técnicas e materiais para formação e especialização de profissionais da segurança e justiça.

Os documentos orientam para visibilizar a desigualdade de gênero como causa da violência contra as mulheres e para eliminar estereótipos e discriminação que responsabilizam as mulheres pela violência que sofreram.



Fortalecendo capacidades para uma liderança responsiva e eficaz

A implementação de projetos estratégicos e o alcance dos ODS no nível local requerem infraestrutura e equipamentos adequados, acesso à tecnologia e inovação e recursos humanos qualificados.

A construção de capacidades é fundamental para a transformação das capacidades humanas, científicas, tecnológicas, organizacionais e institucionais de um território. O alcance dos ODS requer o empoderamento de indivíduos, líderes, organizações e sociedades.

A construção de capacidades endógenas pelos próprios governos locais e regionais é necessária para o desenvolvimento institucional, para a análise das políticas públicas e gestão de desenvolvimento, incluindo a avaliação de opções alternativas¹⁰. Tais ações reforçarão a

capacidade dos participantes de responder a desafios de longo prazo ao invés de se concentrar apenas nos problemas imediatos.

A fim de alcançar este objetivo, conhecimentos e habilidades específicas devem ser desenvolvidas para desempenhar funções de forma mais eficiente, assim como as atitudes e mentalidades devem ser mudadas.

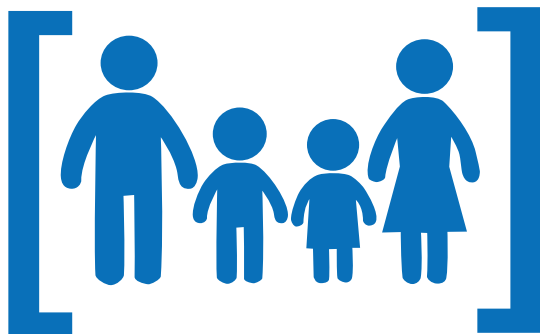
A aprendizagem entre pares, a construção de capacidades para apoiar as lideranças locais e o trabalho em equipe podem ser formas eficazes de melhorar a prestação de serviços, mudar fluxos de trabalho, responder às necessidades e carências e promover a aprendizagem baseada em problemas. Idealmente, o estudo entre pares envolve autoridades locais e regionais de origens semelhantes, o que maximiza a gestão, e o impacto político e territorial.

10. www.unep.org/documents.multilingual/default.asp?DocumentID=52&ArticleID=87&l=en

Promover a apropriação e a corresponsabilidade para a implementação de projetos estratégicos

A implementação de projetos estratégicos incluídos nos planos baseados ou alinhados aos ODS deve **promover o pleno envolvimento e participação das partes interessadas e/ou impactadas locais** (ONGs, setor privado, associações de base comunitária, institutos de pesquisa, academia e indivíduos). Esta abordagem das partes interessadas e/ou impactadas deve promover a apropriação e a corresponsabilidade entre todos os atores, bem como servir para mobilizar e realocar efetivamente os recursos.

Durante a última década, os recursos domésticos têm sido a maior fonte de financiamento para o desenvolvimento¹¹, e organizações da sociedade civil, setor privado e academia têm tido uma capacidade significativa para mobilizar não só o financiamento, como também tecnologia, inovação e talento para o desenvolvimento sustentável.



Ainda que as partes interessadas e/ou impactadas tenham diferentes interesses, expectativas e agendas, bem como desempenhem papéis diferentes, elas têm o objetivo comum de desenvolvimento inclusivo e sustentável de seus territórios. **Suas contribuições por meio de fases (definição, financiamento, implementação, monitoramento e avaliação)** devem ser definidas de acordo com as suas capacidades e recursos (recursos técnicos, tecnológicos e financeiros, bem como habilidades e inovação).

Para que os planos locais e regionais reflitam com precisão suas necessidades locais, as instituições públicas devem promover a participação cidadã especialmente dos grupos mais vulneráveis, por meio de mecanismos que facilitem a sua participação.

Quando os cidadãos estão envolvidos na fase de planejamento de um plano ou projeto, eles geralmente se mostram mais dispostos a participar nas fases de execução e de monitoramento.

11. Galvanising actions for the Global Goals http://www.cib-uclg.org/sites/default/files/challenges_2016_global_goals_mackie_deneckere_ecdpm.pdf

Cooperação para o desenvolvimento e a aprendizagem entre pares

Parcerias cooperativas de desenvolvimento podem desempenhar um papel importante na implementação dos ODS por meio do apoio a reformas nacionais que visem à descentralização fiscal e política, ao fornecimento de recursos, conhecimento, experiência, tecnologia e inovação para reforçar as capacidades institucionais e operacionais dos governos locais e regionais.

Estes governos devem ser capazes de construir parcerias diretas com agências nacionais e internacionais, bem como com outros parceiros, como organizações filantrópicas, ONGs e setor privado para ter **acesso a fundos adicionais**.

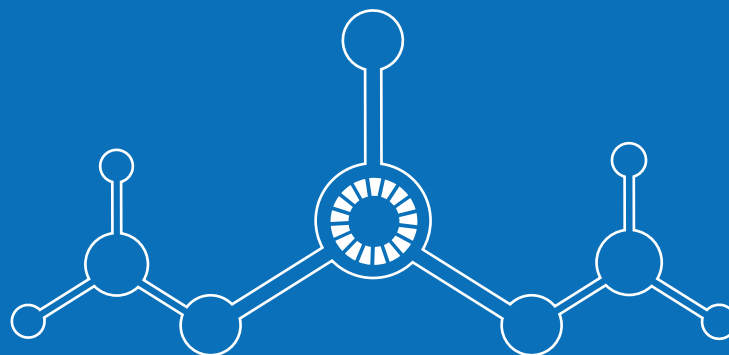
A comunidade internacional está promovendo mudanças na maneira em que a cooperação para o desenvolvimento ocorre. A fim de alinhar sua visão e seu plano para a alocação de recursos às prioridades dos ODS, parcerias cooperativas de desenvolvimento são incentivadas a irem além de critérios¹² de elegibilidade de seus países¹³, e trabalhar lado a lado

com os governos locais e regionais, onde as necessidades são maiores, aumentando assim a coerência das políticas de desenvolvimento sustentável¹⁴.

Um esforço especial deve ser feito **para alinhar os planos locais e regionais aos princípios da eficácia da cooperação para o desenvolvimento**. Isto implica ir além de uma abordagem de “ajuda” e construir novas parcerias para o desenvolvimento.

A cooperação oficial para o desenvolvimento deve ser baseada na cooperação descentralizada, ONGs e instituições filantrópicas por meio de uma ampla gama de regimes de intervenção, incluindo Norte-Sul, Sul-Norte e cooperação triangular.

Parcerias de cooperação descentralizadas são uma maneira ideal para construir plataformas para os governos locais e regionais a fim de trocar conhecimentos e experiências, prestar assistência técnica, unir as sociedades e gerar trocas entre cidadãos, organizações da sociedade civil, setor privado e universidades.



12. www.un.org/ecosoc/sites/www.un.org.ecosoc/files/files/en/dcf/dcfbelgium-re-engineering-dc-institutions-for-sdgs.pdf

13. www.un.org/ecosoc/sites/www.un.org.ecosoc/files/files/en/dcf/dcfbelgium-re-engineering-dc-institutions-for-sdgs.pdf

14. www.un.org/ecosoc/sites/www.un.org.ecosoc/files/files/en/dcf/dcfbelgium-cooperation-coherence-for-sdgs.pdf



Como o Centro de Excelência contra a Fome contribui para o ODS 17 - PMA Brasil

O Centro de Excelência contra a Fome do PMA facilita a cooperação Sul-Sul e triangular para identificar e compartilhar entre países em desenvolvimento as soluções inovadoras para eliminar a fome. O Centro é um escritório de cooperação Sul-Sul, desenvolvimento de capacidades e diálogo sobre políticas públicas nas áreas de segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento social.

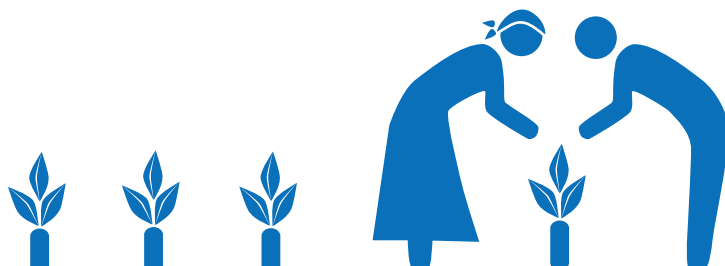
A abordagem de cooperação Sul-Sul do Centro se inspira nas experiências brasileiras de combate à fome e à pobreza e ajuda governos de países em desenvolvimento a aprimorarem suas políticas em nível nacional, fortalecendo as capacidades locais e facilitando a inovação.

A parceria horizontal com países, que combina a experiência brasileira a outras boas práticas de governos com a experiência nos países e a presença global do PMA, é a essência do trabalho do Centro de Excelência.

A assistência técnica oferecida pelo Centro acontece de acordo com a demanda e é desenhada especificamente para cada país.

Criado em 2011, o Centro já se engajou em atividades de cooperação com dezenas de países e apoia continuamente 28 países na África e Ásia. O Centro fomenta a criação de redes regionais que mobilizam e compartilham conhecimento e apoia o mais importante fórum internacional sobre nutrição infantil, o Global Child Nutrition Forum.

O Centro reforça e promove uma abordagem multissetorial que inclui alimentação escolar, nutrição, agricultura familiar e desenvolvimento social, apoiando o engajamento do Brasil na ação internacional de auxílio aos países em desenvolvimento, meta basilar do ODS 17.





Cooperação Descentralizada para Alcançar o ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Em 2012, no contexto da localização da agenda de trabalho decente, a OIT, UCLG (United Cities and Local Governments) e a cidade de Maputo organizaram um intercâmbio de aprendizagens sobre economia informal na capital moçambicana, abordando particularmente as condições de vendedores informais.

Os principais convidados foram as cidades de Durban, Belo Horizonte e Porto Alegre, que tiveram a oportunidade de partilhar a sua vasta experiência na área. Outras cidades moçambicanas, organizações internacionais, ONGs e setor privado também foram convidados.

O intercâmbio de aprendizagens resultou na adoção de um roteiro de Cooperação Sul-Sul e

Triangular para os governos locais e foi seguido por uma série de visitas técnicas e sessões de formação em 2013.

Durban transferiu sua experiência para vendedores informais e oficiais municipais, enquanto Belo Horizonte compartilhou sua experiência no apoio à economia local e à urbanização.

A troca demonstrou a importância estratégica dos mercados de alimentos para o desenvolvimento econômico local, a redução da pobreza e a diversidade cultural, bem como a necessidade de um programa local de cooperação Sul-Sul. Desde então, outros projetos de aprendizagem entre pares foram realizados em Barcelona, Lleida, Chefchaouen, Pasto e Borgou.



IMPLEMENTAÇÃO

quem pode fazer o quê?

Governos locais e regionais:



Estabelecer prioridades relacionadas aos 17 ODS com base em contextos locais, necessidades e recursos

Identificar necessidades por meio da análise de planos e programas existentes



Estabelecer prioridades por meio de mecanismos multiníveis e de partes interessadas e/ou impactadas, colocando ênfase na cooperação inter-regional, inter-municipal e entre municípios e regiões

Identificar e construir sinergias e ligações com as estratégias nacionais para os ODS



Identificar sinergias e ligações dentro das administrações locais ou regionais e adaptar iniciativas e estratégias existentes para os ODS e seus alvos existentes

Identificar as ações e os recursos necessários para implementar as áreas de prioridade dos ODS



Elaborar um plano *ad hoc* baseado nos ODS para o território ou alinhar planos já existentes aos ODS

Criar mecanismos institucionais locais e estruturas de governança para apoiar a implementação dos ODS

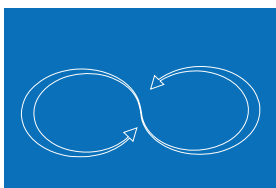


Mobilizar recursos humanos, técnicos e financeiros nacionais e internacionais. Isso inclui a realocação de recursos próprios, a criação de parcerias com universidades e outras partes interessadas e/ou impactadas, procurando canais alternativos de financiamento, agrupando e ampliando serviços e desenvolvendo programas de capacitação



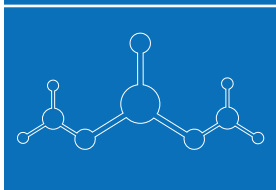
Envolver todas as partes locais interessadas e/ou impactadas na implementação para promover o senso de apropriação aos ODS.

Associações de Governos Locais e Regionais e Redes



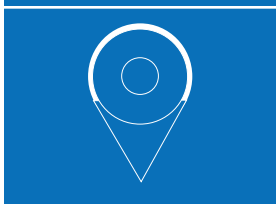
Apoiar os governos locais e regionais a otimizar seus recursos humanos, técnicos e financeiros

Promover a troca de melhores práticas entre os seus membros



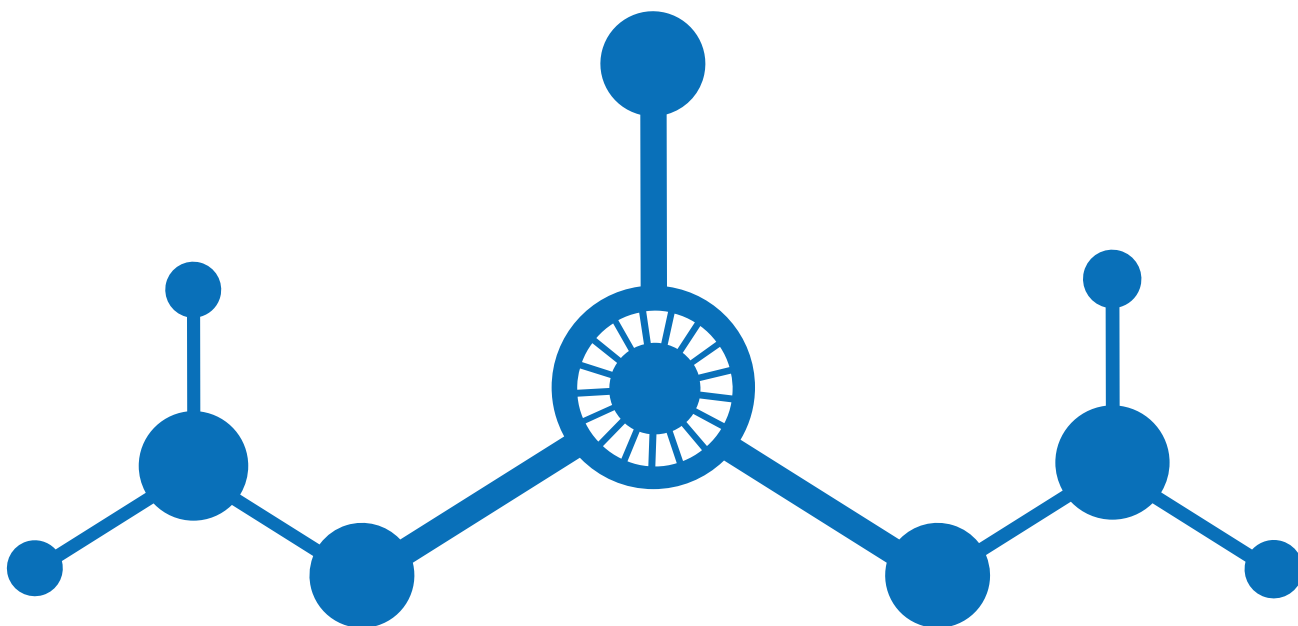
Promover a cooperação descentralizada e a cooperação efetiva para o desenvolvimento eficaz

Identificar os desafios políticos que possuem impacto na localização dos ODS e fazer recomendações para a melhoria



Promover a implementação completa e eficaz de compromissos com a descentralização

Estabelecer relações com os ministérios setoriais chave e com o ministério do governo local para colaborar na localização dos ODS



4. Acompanhamento

*Avaliando e Aprendendo com
Nossas Experiências*



Os ODS serão acompanhados globalmente e avaliados por meio de um sistema de 231 indicadores (IAEG, 2016). Muitos desses indicadores podem ser localizados por meio da coleta de dados no nível territorial.

LOCALIZANDO AS METAS E OS INDICADORES DOS ODS



Em novembro de 2014, a UCGL elaborou um relatório sobre a importância da localização das metas e dos indicadores dos ODS com propostas de como fazê-lo.

Este relatório está disponível por meio do seguinte link: www.uclg.org/sites/default/files/localization_targets_indicator_web.pdf

No nível nacional, o acompanhamento deve considerar os dados subnacionais durante a revisão da evolução e concretização dos resultados dos planos nacionais. Localizar o acompanhamento da Agenda 2030 envolve as seguintes ações:

1. Desenvolver um conjunto de indicadores localizados e específicos para cada território
2. Garantir que a informação coletada pelos governos locais e regionais será utilizada no monitoramento nacional

3. Permitir a participação de governos locais e partes interessadas e/ou impactadas e regionais na revisão dos planos nacionais

4. Usar indicadores dos ODS para monitorar e avaliar os planos locais ou regionais

5. Garantir que as realizações locais sejam reconhecidas e parte integrante dos relatórios nacionais de acompanhamento dos ODS

Muitos governos locais e regionais carecem de mecanismos adequados para coletar informações e dados no nível territorial, e o conjunto de dados locais muitas vezes não são compatíveis com os sistemas nacionais.

No entanto, existem exemplos de cidades e regiões que criaram seus próprios indicadores para complementar os serviços de planejamento. Fortalecer essas instituições será essencial a fim de acompanhar o monitoramento e avaliar a realização dos ODS no nível territorial.

PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DOS GOVERNOS LOCAIS E REGIONAIS NO CONTROLE NACIONAL



A maioria dos sistemas de monitoramento dos países são administrados por um serviço nacional de estatística ou pelo serviço de planejamento nacional. Em outros países, os sistemas são da competência de uma comissão intersetorial ou de um conselho formado por representantes de diferentes ministérios. Em ambos os casos, os governos locais e regionais devem procurar participar no segmento nacional de monitoramento da implementação dos ODS.

O processo de acompanhamento deve ser transparente a fim de que seus resultados sirvam para que os governos locais, regionais e outras partes envolvidas e/ou impactadas sejam responsáveis, e para aproveitar a boa experiência de transferência de conhecimento para outros municípios, regiões ou países.

Sistema de Indicadores de Trabalho Decente - OIT Brasil

O Sistema de Indicadores Municipais de Trabalho Decente (SIMTD) é composto pela base de informações (contendo dados absolutos e os indicadores de Trabalho Decente) e pelos relatórios municipais, que apresentam a situação do Trabalho Decente em cada um dos 5.565 municípios a partir da análise dos seus principais indicadores.

Além do Censo 2010, o SIMTD utiliza outras importantes fontes de informações do IBGE – a exemplo da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), Produto Interno Bruto dos Municípios e Cadastro Central de Empresas (CEMPRE).

Adicionalmente, foram utilizados diversos registros administrativos e estatísticas oficiais oriundas das mais diversas instituições integrantes do Sistema Estatístico Nacional, a exemplo da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e registros da inspeção do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), estatísticas da Previdência Social e informações dos programas de assistência social do MDSA.

Os indicadores de trabalho decente têm se mostrado fundamentais para medir avanços e efetividade das políticas e ações para a implementação da Agenda 2030 em todos os seus objetivos. Muitos estados e municípios têm buscado compreender os indicadores para que sejam utilizados no planejamento e monitoramento das políticas.



COLETAR DADOS E MONITORAR O PROGRESSO NO NÍVEL SUBNACIONAL

Uma das importantes lições dos ODM foi que o progresso não deve ser buscado apenas no nível nacional. A ONU tem empregado esforços para fazer do monitoramento local e regional uma prioridade no caso dos ODS.

O estabelecimento de sistemas de coleta de dados locais e regionais é fundamental para desagregar as informações “por renda, sexo, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes no contexto nacional” (ODS 17 meta 17.18) e para acompanhar os processos e resultados por meio de indicadores.

Acordos de cooperação devem ser assinados pelos diferentes níveis de governo para garantir a troca de informações. Uma “revolução de dados” deve ser promovida para contribuir com o acompanhamento e a realização dos ODS. Novamente, universidades, centros de pesquisa, e até mesmo ONGs e o setor privado, podem ajudar na tarefa de coletar, acompanhar e analisar os dados.

ADAPTAR INDICADORES NACIONAIS PARA CONTEXTOS LOCAIS E REGIONAIS

A definição de planos locais ou regionais para os ODS, ou a eles alinhados, deve incluir um conjunto de indicadores ligados aos que foram propostos pelo IAEG-SDGs no âmbito da Agenda 2030 e devem ser adaptados às necessidades e ao contexto de cada território.

Os governos locais e regionais devem definir esses indicadores de acordo com as suas capacidades de coleta de dados, incluindo os seus recursos humanos e facilidades tecnológicas.

Os indicadores devem também considerar a diversidade dos territórios. Assim, na linha do lema dos ODS de “não deixar ninguém para trás”, eles devem incluir grupos sociais com alto risco de exclusão, ou seja, grupos que geralmente ficam muito abaixo da média dos indicadores. Da mesma forma, os países em

circunstâncias especiais, como vulnerabilidades, em situações de conflito, sem litoral ou menos desenvolvidos e pequenas ilhas, podem precisar incluir indicadores adicionais para melhor refletir e monitorar suas circunstâncias e necessidades específicas.

Para o acompanhamento e avaliação dos planos locais ou regionais, os governos devem criar iniciativas conjuntas para criar fortes mecanismos subnacionais apoiados em processos de avaliação independentes.

Quando os recursos e as capacidades não permitirem a criação de mecanismos subnacionais, os governos locais e regionais devem assegurar que as autoridades nacionais possam coletar dados de cada território de uma forma abrangente.



ODS relacionados: todos

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD Brasil

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil engloba o Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios e o Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas. O Atlas é uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 20 Regiões Metropolitanas (RM) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH).

Concebido como uma ferramenta simples e amigável de disponibilização de informações – fruto de uma parceria entre o PNUD Brasil, a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) – o Atlas Brasil facilita o manuseio de dados e estimula análises.

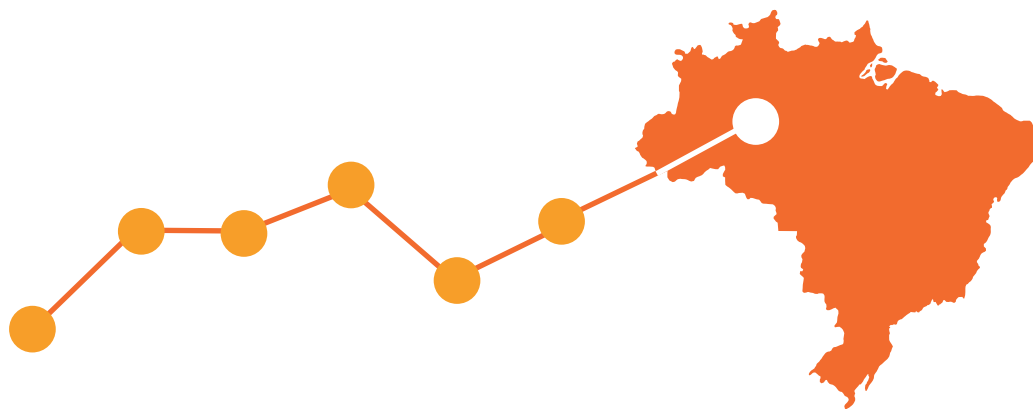
O Atlas traz, além do IDHM, mais de 220 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com

dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Em breve estará disponível a desagregação dos dados do Atlas por raça/cor, sexo e situação de domicílio (rural e urbano). As espacialidades contempladas pela desagregação foram: Brasil, 20 Regiões metropolitanas, 27 Unidades da Federação e 111 municípios.

Com isso, contando com as informações já disponíveis e as que serão lançadas, o Atlas agrega dados relacionados, especificamente, aos ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11, uma vez que traz indicadores sobre energia, água, saneamento, coleta de lixo, desigualdade, renda, educação, trabalho, vulnerabilidade, habitação, mortalidade, longevidade, entre outros.

Veja em: www.atlasbrasil.org.br.





A Iniciativa da Prosperidade das Cidades como uma ferramenta de monitoramento dos ODS - Escritório Regional para América Latina e o Caribe da ONU-Habitat

A Iniciativa da Prosperidade das Cidades consiste numa estratégia política holística e integradora para as cidades empenhadas em adotar uma abordagem centrada nas pessoas e que se comprometem a desenvolver os esforços e investimentos necessários para avançar no caminho da prosperidade.

A ferramenta desenvolvida pelo ONU-Habitat apresenta uma visão única e integral do Desenvolvimento Urbano Sustentável ao articular diferentes dimensões da prosperidade (produtividade, desenvolvimento de infraestrutura, qualidade de vida, equidade e inclusão, sustentabilidade ambiental, governança e legislação urbana) e oferece uma abordagem flexível de monitoramento ao fornecer uma ferramenta inovadora baseada na análise espacial que permite tomar decisões a partir de uma perspectiva territorial que une os diferentes níveis de governo e as intervenções setoriais.

Busca, assim, apoiar tomadores de decisão no (re) conhecimento de suas cidades e na elaboração de políticas públicas claras e consistentes.

Uma análise comparativa das metas propostas para o ODS 11 com o Índice de Prosperidade das Cidades (CPI) mostrou grande convergência demonstrando que o CPI pode ser muito útil na medição não só do ODS 11, mas também de outras metas de outros ODS que possuem uma dimensão urbana.

O CPI pode ser utilizado para identificar, quantificar, monitorar e informar sobre os progressos feitos nas cidades e países. Além disso, fornece uma estrutura de análise das interrelações do ODS 11 com os demais objetivos. No Brasil, a Iniciativa está sendo implementada em Fortaleza e na Região Metropolitana de São Paulo.



Escravo nem Pensar - OIT Brasil

Por meio do Programa Ação Integrada, a OIT promove o aumento da base de conhecimento sobre trabalho forçado; o fortalecimento institucional do Comitê Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE); o envolvimento de trabalhadores e empregadores no enfrentamento e prevenção ao crime; o intercâmbio de experiências no tema por meio da Cooperação Sul-Sul com o Peru.

Apoia também a (re)inserção socioeconômica de resgatados e vulneráveis ao trabalho forçado, assim como a diminuição da vulnerabilidade dos(as) trabalhadores(as), principalmente relacionada à extrema pobreza, analfabetismo e falta de qualificação profissional, que impede o acesso a oportunidades de trabalho decente.

De 2009 a 2015 o Programa Ação Integrada atendeu a 1752 trabalhadores (sendo 44 mulheres); qualificou 643 deles, tendo implementado 36 processos de formação profissional, atingindo 73 dos 141 municípios do estado de Mato Grosso.

O sucesso do projeto no estado fez com que diversas entidades federais atuantes no combate ao trabalho forçado firmassem um termo de cooperação que criou o Movimento Ação Integrada que visa à expansão e replicação da iniciativa em outros estados. Após anos de atendimento às vítimas, o programa fortaleceu seus mecanismos de monitoramento do processo de resgate das pessoas em situação de exploração, evitando o retorno às formas de escravidão contemporânea e promovendo o trabalho decente.



Retrato das Desigualdades - Escritório da ONU Mulheres no Brasil

O Retrato das desigualdades de gênero e raça tem por objetivo disponibilizar informações sobre a situação de mulheres, homens, negros e brancos em nosso país.

Para tanto, apresenta indicadores oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, sobre diferentes campos da vida social, de forma a disponibilizar para pesquisadores/as, estudantes, ativistas dos movimentos sociais e gestores/as públicos um panorama atual das desigualdades de gênero e de raça no Brasil, bem como de suas interseccionalidades.

O Retrato traz dados para o período de 1995 a 2014 em doze blocos temáticos. São eles: População; Chefia de Família; Educação; Saúde; Previdência e Assistência Social; Mercado de trabalho; Trabalho Doméstico Remunerado; Habitação e Saneamento; Acesso a Bens Duráveis e Exclusão Digital; Pobreza, Distribuição e Desigualdade de Renda; Uso do Tempo; e Vitimização.

O intuito é apresentar estatísticas descritivas que possam compor um retrato atual da situação de brasileiros e brasileiras sob a perspectiva das desigualdades de gênero e raça no país, bem como um histórico que permita analisar os principais avanços e continuidades dessas assimetrias ao longo de quase duas décadas.

O projeto nasceu em 2004 e atualmente é resultado de uma parceria entre Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres) e SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania).



Foto: Portal online do Retrato das Desigualdades, IPEA, 2016

Acompanhamento:

quem pode fazer o quê?

Governos locais e regionais:



Coletar, acompanhar e analisar os dados no nível subnacional



Desenvolver um conjunto de indicadores localizados e específicos a seus territórios



Participar do acompanhamento e da avaliação dos ODS no nível nacional



Promover a participação de outras partes interessadas e/ou impactadas e garantir que a informação coletada no nível local seja usada para o acompanhamento nacional e para a produção de relatórios sobre os ODS

Associações Governamentais Locais e Regionais e Redes



Promover a participação dos governos locais e regionais e outras partes interessadas e/ou impactadas no acompanhamento e avaliação dos ODS no nível nacional



Apoiar os governos locais e regionais na coleta de dados, monitoramento e avaliação no nível local

5. Para onde vamos a partir daqui?

Este roteiro é apenas um passo na jornada da Força-Tarefa Global de Governos Locais e Regionais e da Força-Tarefa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil no sentido de apoiar os governos subnacionais e seus parceiros na localização dos ODS e no alcance do desenvolvimento inclusivo e sustentável para todos e todas.

Esperamos que a comunidade internacional, os governos nacionais e a sociedade civil se juntem a nós no esforço de localizar a Agenda 2030 em todo o mundo.

É fundamental que a sensibilização, a defesa da ideia, a implementação e o acompanhamento dos ODS no nível local, e em particular do ODS 11, sobre cidades e comunidades sustentáveis, estejam relacionados à Nova Agenda Urbana

aprovada na Habitat III. Isto é essencial para aproveitar ambas as Agendas de forma eficaz e evitar confusões, sobreposições ou lacunas nas ações executadas.

Convidamos a todos os governos locais e regionais e as suas associações a usar livremente esse material para apoiar o seu trabalho de alcance dos ODS.

Também convidamos os governos locais e regionais a se juntarem a suas associações nacionais e apoiar o trabalho da Força-Tarefa Global para a localização dos ODS e da Força-Tarefa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil associado à Agenda 2030 e outras agendas internacionais de uma maneira que faça sentido às nossas cidades e territórios.



Adaptado para o Brasil por:

